

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
RELAÇÕES PÚBLICAS**

MARILIA FURUKAWA

**PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC):
UMA ANÁLISE SOBRE A ESTRUTURA E O DISCURSO DA
ORGANIZAÇÃO**

**São Paulo
2021**

MARILIA FURUKAWA

**PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC):
UMA ANÁLISE SOBRE A ESTRUTURA E O DISCURSO DA
ORGANIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Escola de Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Relações
Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Alves de
Carvalho

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Furukawa, Marilia

PCC: Uma análise sobre a estrutura e o discurso da organização / Marilia Furukawa; orientador, Simone Alves de Carvalho. - São Paulo, 2021.

75 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Relações Públicas, Propaganda e
Turismo / Escola de Comunicações e Artes /
Universidade de São Paulo.

Bibliografia

1. discurso do PCC. 2. estrutura organizacional do PCC. 3. história do PCC. I. Alves de Carvalho, Simone .
II. Título.

CDD 21.ed. -

659.2

FURUKAWA, Marilia. **PCC: Uma análise sobre a estrutura e o discurso da organização.** 2021. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Aprovado em:

Banca:

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

Nome: _____

Instituição: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu cachorrinho Spook, que foi meu fiel companheiro em todas as etapas da minha vida até a sua partida. Te levarei dentro de mim por toda a minha existência. Estaremos sempre conectados.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, aos meus pais por me proporcionarem uma vida repleta de privilégios, para que eu pudesse trilhar um futuro baseado na educação de qualidade e indo na contramão do projeto político atual que sucateia e menospreza o conhecimento científico.

Ao meu irmão Otavio, que é o meu porto seguro e que se faz presente nos bons e maus momentos. Obrigada pelos puxões de orelha, conselhos, e risadas ao longo desse caminho.

Ao meu namorado Gustavo, por ser uma pessoa incrível comigo. O maior presente que a graduação me deu é você e, sem o seu suporte e a sua presença nesses anos, a vida seria muito menos intensa e feliz.

A todos os meus amigos que estão comigo desde a escola, que conheceram tantas versões de mim e escolheram ficar em todas elas. Em especial, ao Bruno, à Flavia, à Natalia, à Leticia, à Laura, ao Caio e ao Lucas. É um privilégio fazer parte da vida de vocês!

À minha amiga Juliana, que me acompanha há tantos anos, mesmo que estejamos separadas por muitos quilômetros de distância. É incrível evoluir, aprender e celebrar nossas existências juntas.

Ao Felipe, pela parceria em todos os trabalhos da graduação que evoluíram para uma amizade que pretendo levar para a vida. Não podia existir uma pessoa tão perfeita para ser minha dupla e passar por todos os perrengues da faculdade junto comigo!

Ao time de handebol feminino da ECA-USP, por me proporcionar momentos tão marcantes dentro e fora de quadra. Viver o esporte universitário foi uma experiência indescritível e muito gratificante. As horas infinitas passadas dentro do CEPE-USP, os jogos nos finais de semana, e os jogos universitários... Eu faria tudo isso de novo!

À professora Simone: eu não poderia escolher uma orientadora melhor para este trabalho. Obrigada pelo semestre e pela abordagem tão humana!

Por último, agradeço à Universidade de São Paulo e a todas as pessoas que lutam para a sua continuidade. O ensino de qualidade e gratuito é transformador, e o meu maior desejo é que todas as pessoas periféricas estejam cada vez mais

presente nesse espaço. É através da educação que o mundo evolui para melhor e que a desigualdade social diminui.

RESUMO

O presente estudo aborda a história do Primeiro Comando da Capital (PCC) desde o início até os dias atuais, passando pelos eventos da Megarrebelião (2001), Racha do PCC (2002), ataques em São Paulo (2006), expansão territorial no Brasil e países da América Latina, e o racha com o Comando Vermelho (2016). Sabendo da existência e consolidação da facção, há uma breve reflexão sobre o processo histórico que levou ao nascimento do Comando, que inclui a ausência do Estado e expansão dos presídios. A partir do reconhecimento do objeto de estudo, a proposta é analisar a organização com conceitos administrativos e comunicativos para entender melhor a estrutura do grupo (como funcionam, se organizam e constroem sua cultura organizacional), e o seu discurso.

Palavras-chave: pcc; primeiro comando da capital; crime; organização; discurso.

ABSTRACT

The present study runs through the Primeiro Comando da Capital (PCC) history since its beginning to nowadays, approaching important events, like Megarebellion (2001), PCC's split (2002), São Paulo's attack (2006), territorial expansion in Brazil and other countries in Latin America, and the split up with Comando Vermelho (2016). There's also a brief reflection about the historical process that led to the PCC's birth, it includes the absence of State and prison's expansion. From the knowledge of the study object, the proposal is to analyze the criminal organization with administration and communication concepts to better understand the group structure (how they work, organize and build their organizational culture), and their speech.

Keywords: pcc; primeiro comando da capital; crime; organization; speech.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Megarrebelião de 2001	13
Figura 2 - Presença do PCC no Brasil	18
Figura 3 - Evolução da população carcerária no Brasil	30
Figura 4 - Estatuto do PCC	34
Figura 5 - Organograma do PCC	43
Figura 6 - Rede do PCC	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A HISTÓRIA DO PCC	11
2.1 O INÍCIO	11
2.2 REBELIÕES E "RACHA" DO PCC	12
2.3 ATAQUES	15
2.4 EXPANSÃO TERRITORIAL	16
2.5 RELACIONAMENTO COM OUTRAS FACÇÕES	20
3 BRECHAS DO SISTEMA	23
3.1 AUSÊNCIA DO ESTADO	23
3.2 EXPANSÃO DOS PRESÍDIOS	27
4 A ORGANIZAÇÃO	32
4.1 MISSÃO, VISÃO, VALORES: O ESTATUTO	34
4.2 CULTURA ORGANIZACIONAL: RITOS E IDENTIDADE	38
4.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: SINTONIAS	41
4.4 NEGÓCIOS ILÍCITOS	45
5 O DISCURSO	48
5.1 ANÁLISE DO DISCURSO	52
6 UMA OUTRA FORMA DE COMUNICAR: MÚSICA	60
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
8 REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

O Primeiro Comando da Capital (PCC) é uma facção criminosa originada no estado de São Paulo. Mesmo com as tentativas do governo estadual de negar a existência do grupo nos anos 90 e início dos anos 2000, eles mostraram sua força e capacidade de articulação através de rebeliões e ataques nos presídios e também fora deles. Além disso, se tornou relevante nos mercados ilegais, como no tráfico de drogas e armas, e expandiu suas fronteiras no Brasil e em países vizinhos. Portanto, é inegável o impacto social, econômico, e político do Comando na sociedade brasileira, tornando-se um importante objeto de estudo.

Neste trabalho, o enfoque será, principalmente, na ideologia do grupo. Pretende-se explicar brevemente – pois o próprio assunto poderia ser tema de uma monografia inteira – a existência do fenômeno PCC, que surge, em um primeiro momento, como um ato de resistência contra o “sistema” e em defesa dos direitos dos encarcerados. Até a data da criação da facção, há um histórico de erros do Estado, que se fez ineficaz para garantir suporte básico à população (ex: educação, saúde, lazer) até omissos ao tratamento dado aos presidiários – resumido a espancamentos, comida estragada e falta de segurança nos presídios (ex: espancamentos e assassinatos entre os presos, violência policial etc.). A ausência do Estado abriu um vácuo de poder que foi ocupado pelo grupo paulista, e a imagem dele se fortalece, até os dias atuais, cada vez que um preso ou um jovem periférico tem seus direitos humanos violentados.

Também propõe-se uma reflexão sobre o significado de organização e os diversos tipos que existem. Sendo o PCC uma organização formal, pois possui processos, objetivos, relações de poder, recursos materiais etc., não se exclui do fato de ser uma organização ilegal em decorrência dos negócios que praticam e das pessoas que são membros. Dessa forma, visto que o PCC é uma organização de fato, existem fatores importantes, a partir do que foi aprendido no curso de Relações Públicas, para analisá-la enquanto instituição, como a definição de “Missão, Visão e Valores”, estrutura organizacional (“sintonias”), cultura organizacional e apresentação do mercado em que estão inseridos (tráfico de drogas, por exemplo).

A cultura organizacional “é, para uma organização, o que a personalidade é para um indivíduo” (HARRISON; STOKES, 1992, p. 13 apud MARCHIORI, 2009, p.

302) e ela é constituída através das interações sociais entre as pessoas que compõem o grupo (MORGAN, 1996, p. 131).

O espírito de equipe, junto com a doação total à facção, é criado e reforçado em todas as falas e comunicados da organização criminosa, que ajudam a manter a unidade entre os membros, fortalecê-los e a debater com aliados e inimigos – sendo o debate uma característica muito importante da facção. Então, o presente estudo analisará sobretudo o que é falado pelo grupo para entender o poder dos discursos, um pouco mais sobre a sua mentalidade, e os artifícios usados para expressar sentimento, paixão, verdade, seriedade e compromisso.

Por se tratar de uma organização criminosa, não foi possível fazer uma pesquisa de campo – o que seria o recomendado para estudar a estrutura e a comunicação de uma organização –, porém, há um material muito rico de informação sobre o PCC disponibilizado em livros relativos à facção, que são os “salves”, mandados por mensagens em aplicativos de conversa ou escritos em uma folha de papel, o estatuto (regulamentação das regras e compromisso), e músicas escritas por rappers e funkeiros que conhecem a vida do crime, ou ainda pelos próprios membros de facções.

Por último, este trabalho não pretende fazer apologia ao crime de maneira alguma, estuda o crime organizado sem o viés sensacionalista, para que se possa compreender profundamente as falhas da nossa sociedade, e em quais pontos devem haver investimento para que avancemos para um lugar de maior igualdade e com oportunidades para todos.

2 A HISTÓRIA DO PCC

Neste capítulo, a história do Primeiro Comando Capital (PCC) será abordada desde o início até os dias atuais de maneira resumida, passando pelos principais acontecimentos que marcam sua existência desde 1993.

2.1 O INÍCIO

O PCC foi fundado por oito presidiários na Casa de Custódia de Taubaté (CCTT) em 31 de agosto de 1993, e é importante destacar que essa unidade prisional era uma das mais rigorosas do estado, inclusive com denúncias de tortura no período (FELTRAN, 2018, p. 181). A criação da facção tem relação direta com o Massacre do Carandiru, ocorrido em 2 de outubro de 1992, que resultou na “execução de 111 presos durante a ocupação policial que se seguiu a uma rebelião iniciada no pavilhão 9 da então maior casa de detenção do estado” (FELTRAN, 2018, p. 176). Segundo o livro “Irmãos: uma história do PCC” do autor Gabriel Feltran, esse foi o maior massacre em prisões no país! Inclusive, os familiares dos detentos contam que a quantidade de pessoas assassinadas foi muito maior que a registrada oficialmente.

Como dito, esse evento, considerado o ápice das opressões sofridas pelos presidiários, foi uma das principais motivações para a origem do PCC. Os detentos perceberam que as organizações de direitos humanos não estavam sendo suficientes para representarem suas pautas ao governo (FELTRAN, 2018, p. 179), com as condições de sobrevivência insalubres, o perigo constante de habitar os presídios, além da violência policial sofrida. O seguinte trecho exemplifica esse cotidiano privado de direitos cidadãos básicos:

A lei do Casarão, como era chamada a Casa de Detenção, até aquele momento era a lei do mais forte. Estupros, homicídios considerados injustos e violações de acordos mínimos de convivência eram frequentes. [...] O sistema oprimia ainda, na perspectiva dos presos, na restrição e humilhação das visitas, nos espancamentos, nas punições consideradas exageradas, no atraso infinito nos processos criminais, na distribuição de comida estragada, na superlotação. (FELTRAN, 2018, p. 180).

Então, o surgimento da facção vem como resposta à “opressão do sistema” que a população carcerária sofria naquele momento. “Aumentar a repressão em cenários de muita desigualdade, em segurança pública, sempre significou o

aumento também da reação criminal" (FELTRAN, 2018, p.181). A partir disso, o mundo do crime paulista começou a se organizar melhor, reforçando suas próprias leis no ambiente de convivência (presídios), sendo, portanto, o PCC a representação da justiça, intermediando debates entre os criminosos membros e até mesmo os punindo quando necessário. Também começaram a defender de maneira mais assídua a luta contra o sistema e as reivindicações dos encarcerados, conduta que resultou, muitas vezes, em rebeliões violentas.

Para além dos muros das cadeias, no fim da década de 1990, o PCC também se tornou relevante em outro ambiente que sofria assédio policial e esquecimento do Estado: a periferia. Eles não trouxeram ideias revolucionárias ou novas, apenas organizaram muito do que já era falado no mundo do crime e colocaram em prática de maneira efetiva tais leis:

Os rumores de como os debates da facção operavam nas cadeias, e de como o mundo do crime preservava o que era o certo, já ecoavam em todas as favelas de São Paulo. A comunidade queria ordem. O PCC não inventa o certo, a lei da favela, das quebradas. O Comando faz o papel de institucionalizar, a partir do início dos anos 2000, um tipo de justiça que já ocorria nas periferias antes de sua existência. (FELTRAN, 2018, p. 145).

É importante ressaltar que a hegemonia nas periferias e presídios do estado de São Paulo foi conquistada de maneira gradual no decorrer dos anos 90 e início dos anos 2000. A conquista de territórios pelo PCC nem sempre foi pacífica, muitas vezes utilizando-se da violência para alcançar tais objetivos.

2.2 REBELIÕES E "RACHA" DO PCC

Os motivos que levam a organização a encabeçar rebeliões nos presídios são diversos: transferência de lideranças do Comando para outras prisões; demonstrar a contrariedade a decisões jurídicas que afetam diretamente prisioneiros, como, por exemplo, a proibição das saídas temporárias no período da pandemia da Covid-19; reivindicação por melhorias no tratamento, como saúde, alimentação, higiene etc.; conflitos de convivência entre facções inimigas que geram atritos generalizados; entre outros.

A "Megarrebelião" (figura 1), ocorrida em 2001, foi uma das maiores rebeliões encabeçadas pelo PCC. Esse evento provou para a sociedade que o grupo estava ativo e resistindo ao ser estampado em diversos noticiários, contrapondo o governo do estado, que alegava a "extinção" do Comando (FELTRAN, 2018, p. 25).

A motivação do motim foi a transferência de alguns líderes para outras cidades e estados, e esse acontecimento desencadeou outros episódios que levaram ao racha do PCC. O que mais impressionou foi a capacidade de organização e comunicação entre presidiários, visto que foram registrados 29 presídios se rebelando em diferentes cidades com faixas do PCC. O local que ocorreu a maior tensão e de onde partiram as ordens foi um antigo conhecido: Carandiru (FELTRAN, 2018, pp. 23-26).

Figura 1 - Megarrebelião. Na imagem, há diversos presidiários pertencentes ao PCC em uma das maiores rebeliões carcerárias no Brasil, em 2001. As faixas contém o lema e discurso do Comando.



Fonte: Correio Braziliense

<<https://www.correobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/01/02/interna-brasil.563304/maiores-rebelioes-em-presidios-do-brasil.shtml>>. Acesso em 22 set. 2021.

Depois da Megarrebelião, alguns dos *irmãos* (como se chamam entre si os participantes do PCC) tornaram-se figuras públicas, como Cesinha, Geleião e Marcola, pela constante presença em notícias sobre o mundo do crime. Isso não era aceito por parte das pessoas que compunham o grupo, pois ao nomear e destacar líderes, o próprio Comando seria opressor àqueles que estão na parte de baixo da hierarquia piramidal. (FELTRAN, 2018, p. 27).

Geleião se intitulou “general”, desvirtuando a ideia de poder não centralizado e igualdade entre todos que são do crime. Em sua visão, o correto seria a imposição através do terror com ataques violentos à sociedade, seguindo os preceitos dos

cartéis de drogas da América Latina. Pablo Escobar¹, chefe do cartel de Medelín, foi uma personalidade conhecida pelo seu poder bélico e violência descabida, e era justamente uma grande referência para o criminoso paulista em questão. (FELTRAN, 2018, p. 29).

Marcola fazia parte do grupo daqueles que discordavam dessa ideia e modo de agir, prezando pela discrição e pelo confronto estratégico. Ou seja, na sua concepção, quanto mais “transparentes” para a sociedade, mais prolongada seria a sobrevivência do grupo. Para isso, evitar conflitos internos nas favelas e cadeias, e também contra o governo e a polícia, era de suma importância e fortaleceria os negócios: “Ser de poucas palavras é sempre fundamental para os mercados”. (FELTRAN, 2018, p. 29).

O debate ficou cada vez mais tenso e desencadeou diversos assassinatos e, como consequência, vinganças entre os próprios *irmãos* e seus familiares. Alguns nomes de destaque como Jonas, Misael, Cesinha, Blindado e Ana Olivatto (esposa de Marcola) foram mortos na disputa pelo que era certo para o futuro do Comando. Essa guerra interna terminou com Geleião pedindo proteção estatal, ou seja, pressupõe-se que foi derrotado e expulso do grupo. Em contrapartida, a figura de Marcola saiu fortalecida e reconhecida depois do conflito. Mesmo assim, ter o cargo mais alto de líder ia contra o que acreditava e discursava sobre a igualdade entre os criminosos. (FELTRAN, 2018, pp. 31-32).

Importante destacar a reflexão que Feltran faz em seu livro sobre a igualdade, que é tão mencionada no discurso do Comando:

A igualdade do PCC, que fique claro, não é um valor universal, iluminista, mas comunitário. Igualdade para os amigos, guerra para os inimigos. Tampouco é a igualdade socialista. O próprio Marcola afirmou que se diferenciava muito de todos os outros por ter muito mais dinheiro. A igualdade que interessa ao PCC é a existencial, no verbo ser, entre os pares da irmandade, entre eles e suas famílias, sua comunidade. (FELTRAN, 2018, p. 32).

A partir do "racha" em 2002, o PCC se considera uma “chefia sem mando” (FELTRAN, 2018, p 33). Então, as sintonias, que serão discutidas em capítulos posteriores, se consolidaram como o modo de organização, em que não há figuras únicas e poderosas que comandam o todo – pelo contrário: o que existe são

¹ Pablo Escobar (1949-1993) foi um dos maiores narcotraficantes da Colômbia, e chefe do cartel de Medelín. O poder e dinheiro o tornaram uma figura excêntrica e muito violenta. (BBC, <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-56360693#:~:text=Pablo%20Escobar%20era%20o%20chefe,do%20com%C3%A9rcio%20mundial%20da%20droga>> Acesso em 22 set. 2021.)

departamentos responsáveis por diferentes assuntos que compõem a facção. (FELTRAN, 2018, p 32).

2.3 ATAQUES

Ademais de rebeliões de dentro das cadeias, a facção também protesta fora das cadeias através de ataques repentinos, como a queima de ônibus. Atualmente, não é tão comum esse tipo de ação em São Paulo, porém, ocorre em outros estados onde há atuação do PCC. Um dos casos mais recentes foi em diversas cidades em Minas Gerais e Rio Grande do Norte (2018). O objetivo era chamar atenção para a “opressão no complexo prisional de Alcaçuz (em Nísia Floresta, na Grande Natal)” (VEJA, 2018).

De toda forma, o maior e mais conhecido ataque do PCC ocorreu em maio de 2006. O cenário que antecede o evento é a transferência de 765 detentos, incluindo Marcola, para o presídio de segurança máxima Presidente Venceslau 2 em decorrência de escutas telefônicas sobre rebeliões organizadas para o Dia das Mães. Além disso, segundo a publicação *São Paulo sob Aqueque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional*, a corrupção também foi uma motivação, pois familiares do Comando estavam sendo extorquidos por agentes públicos.

Nos primeiros dias, funcionários públicos foram as maiores vítimas. Porém, depois veio o “contra-ataque” da polícia e grupos de extermínio, sendo civis a maior parcela das pessoas executadas e feridas: “Nos dois primeiros dias dos ataques, 33 agentes públicos e 51 civis morreram. Nos dias seguintes, quando ocorreu a chamada “onda de resposta”, 26 agentes públicos e 454 civis foram assassinados” (Agência Brasil, 2016).

Após uma semana de conflitos intensos e um saldo de 564 mortos, os ataques cessaram por todas as partes envolvidas. Não há confirmações oficiais, porém, o fim dos ataques pode estar relacionado a uma reunião entre o Governo do Estado de São Paulo e Marcola (Agência Brasil, 2016).

2.4 EXPANSÃO TERRITORIAL

Logo após a consolidação no estado de São Paulo, a facção começou, nos anos 2000, a expandir fronteiras pelo território brasileiro. Isso foi possível graças a uma falha de estratégia da polícia e do governo estadual, onde se começou a transferir as principais lideranças do Partido para outros estados com o intuito de resolver o problema do crime organizado paulista. (MANSO; DIAS, 2018, p. 185).

A partir dessa movimentação, membros do PCC começaram a se relacionar com outros criminosos em diferentes localizações, permitindo a troca de ideias e dicas sobre assaltos, tráfico de drogas etc. Além disso, a ideologia de que "o crime fortalece o crime" foi disseminada e aceita, aumentando a popularidade do grupo originalmente paulista através do resto do país: "As transferências e rebeliões ajudaram o PCC a espalhar sua ideologia pelos presídios". (MANSO; DIAS, 2018, p. 188).

No seguinte trecho do livro *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil* (2018) de Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias, há um breve resumo sobre o primeiro momento de expansão do PCC, em que a junção dos fatores externos de opressão e o poder de comunicação dos líderes foram essenciais:

A partir do lema “Paz, Justiça, e Liberdade”, as lideranças do PCC avançavam ao convencer parte da massa carcerária a se organizar contra o sistema. A difusão do discurso era facilitada pela situação calamitosa das prisões, que proporcionava a base material para a ancoragem do apelo ideológico formulado pelos fundadores. Os propagadores dessas ideias eram líderes com carisma e capacidade de comunicação. Nesse primeiro momento, o crescimento do PCC tinha um componente marcadamente ideológico e político. O fortalecimento buscava criar mecanismos de defesa na guerra que o Estado havia declarado contra eles. Muitos dos traços característicos desse primeiro momento da expansão do PCC para além de São Paulo desaparecem ou são completamente reformulados na sequência desse processo, especialmente após 2006. (MANSO; DIAS, 2018, p. 192).

Misael, um dos principais líderes do PCC no período, encabeçou esse projeto político com reivindicações de direitos aos encarcerados. Houve até planejamento de rebeliões em massa, porém, elas nunca aconteceram e Misael foi assassinado – acredita-se que membros da própria facção o mataram por desavenças internas na época do racha do PCC, que já foi mencionado anteriormente. (MANSO; DIAS, 2018, p. 186). Depois dessa reformulação, o Partido adquiriu caráter empresarial e uma das principais influências foi a parceria com o Comando Vermelho (facção criminosa fundada em 1979 no Rio de Janeiro). O relacionamento entre membros de

ambas foi facilitado pela transferência de presos já mencionada. (MANSO; DIAS, 2018, p. 199).

Dali em diante, os projetos de nacionalização do Partido se distanciariam dos objetivos revolucionários planejados por Misael e se tornariam parte de um projeto econômico dotado de viés ideológico importante, mas diferente daquele expresso na carta escrita pelo fundador do PCC. (MANSO; DIAS, 2018, p 186).

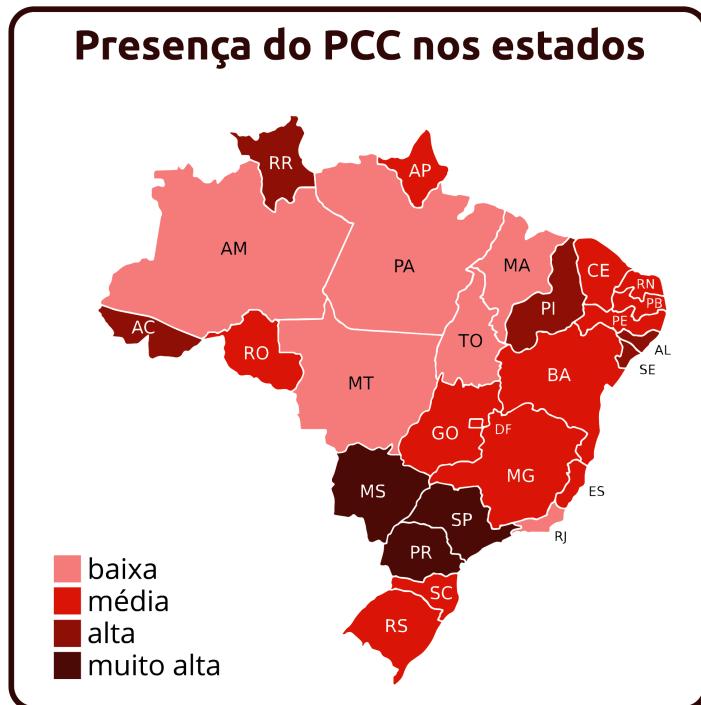
Os dois primeiros territórios com um domínio relevante do PCC, no início dos anos 2000, foram Paraná e Mato Grosso do Sul. As cidades com maior quantidade de *irmãos* estão localizadas na fronteira do país, pois são pontos estratégicos para facilitar e dominar a logística do tráfico de drogas (MANSO; DIAS, 2018, p. 199). A figura 2 demonstra que esses dois territórios ainda são os de principal atuação da facção, junto com São Paulo, ainda que ela esteja presente no país inteiro.

O próximo movimento está relacionado à dificuldade de assaltar instituições financeiras em grandes centros urbanos. Por exemplo, em São Paulo (capital), a chegada da polícia depois da denúncia de um assalto é muito rápida, o que acaba tornando o crime muito mais arriscado (MANSO; DIAS, 2018, p. 197). Para contornar esse problema, o PCC começou a explorar o crime organizado em cidades interioranas. Assim, penetraram no Norte e Nordeste brasileiro, além dos outros estados que já estavam presentes. O nome dessa prática ficou conhecido como “o novo cangaço”:

Caracteriza-se pelo uso intensivo de armas, participação de pelo menos dez pessoas no bando, escolha de cidades distantes de grandes centros urbanos e ataques simultâneos às instituições financeiras e à base da polícia. Em diversos casos, há o sitiamento da cidade, com o fechamento de acessos, ruas e locais estratégicos, seja para a chegada da polícia, seja para a fuga da quadrilha. Esses ataques podiam envolver o sequestro de familiares e funcionários das instituições financeiras e o uso de explosivos. (MANSO; DIAS, 2018, p. 195).

Parte do dinheiro arrecadado nos assaltos é direcionado ao investimento do tráfico de drogas, uma das principais fontes de sustento e manutenção da facção.

Figura 2 - Presença do PCC no Brasil. Na imagem, há um mapa mostrando o grau de relevância do PCC nos estados brasileiros. As cores graduam do mais claro ao mais escuro, em que o mais claro significa baixa presença da facção e, a mais escura, presença muito alta.



Fonte: *A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil* (2018), Bruno Paes Manso e Camila Caldeira Nunes Dias.

Além dos esforços para ocupar diversas regiões do Brasil, a partir de 2010, a facção procurou um destino internacional: o Paraguai. Estar presente nesse país não era um mero acaso do destino – os *irmãos* tinham um propósito para esse projeto grandioso que ultrapassa a fronteira brasileira.

O comércio de drogas possui várias etapas até chegar no consumidor final: plantio, colheita, manipulação para consumo (por exemplo: no caso da maconha, é prensada normalmente; já com a cocaína, fazem a pasta base e, depois, o refinamento, para virar pó), e distribuição. A parte da distribuição é a mais complexa do processo, pois os responsáveis pelo transporte precisam ser muito cautelosos e estratégicos, já que o comércio no Brasil é ilegal e, se descobertos, são presos, e, a droga, apreendida.

Todo esse risco torna o produto muito mais caro para os traficantes se for comprado no destino final, ou seja, distante do local de origem da droga. A partir desse problema, o interesse em expandir os negócios para o Paraguai aumentou. Ele é importante nessa dinâmica pois é o maior produtor de maconha do mundo, e

também rota do transporte de cocaína dos países andinos para as regiões sul e sudeste do Brasil (MANSO; DIAS, 2018, p. 47). Sendo assim, tem um papel de destaque no tráfico de duas das principais drogas consumidas no Brasil, segundo a Liga de Neurologia e Neurocirurgia Funcional da Paraíba (ABRIL, 2020). Ao dominar essa área, o PCC entra em contato com diversos fornecedores e tem o controle de praticamente toda a cadeia da produção e distribuição de drogas (MANSO; DIAS, 2018, p. 46), o que barateia os custos e aumenta o lucro.

O começo dessa história se inicia com viagens de Teia (membro do PCC), denominadas como "missões", para encontrar fornecedores de armas e drogas. Ele era o nome mais forte e ideal para explorar o território, pois "transpirava a Família", segundo relatos internos (MANSO; DIAS, 2018, p. 56). Mas, depois de uma operação policial, Teia foi morto e todos os planos no Paraguai ficaram praticamente pausados até o ano de 2014. (MANSO; DIAS, 2018, p. 57).

Neste ano, um novo nome surgiu para continuar a missão: Paca, que estava preso e recebeu um *habeas corpus*. Depois de solto, foi para cidades próximas à fronteira, com destaque para Pedro Juan Caballero, no Paraguai, que é vizinha de Ponta Porã, município brasileiro. (MANSO; DIAS, 2018, p. 57). É importante mencionar essas duas cidades em específico, pois foram os principais palcos para diversos conflitos sangrentos entre personagens e grupos envolvidos com o tráfico de drogas.

Um dos principais obstáculos para a conquista da região tinha nome e sobrenome: Jorge Rafaat Toumani, o Rei da Fronteira, importante figura no mundo do crime, mas também da elite social e política:

Estabelecendo regras e normas na divisa, determinando punições ou absolvições e influenciando as decisões políticas nos dois municípios [Pedro Juan Caballero e Ponta Porã], com protagonismo econômico na região não só em razão direta de seu próprio império, mas também pela atuação na associação de comerciantes locais. (MANSO; DIAS, 2018, p. 65).

Ele não declarou guerra de forma explícita, porém, não aceitou resolver a situação de maneira diplomática, como proposto pelo PCC. Rafaat utilizou seu exército particular e a polícia local para atacar a facção e "não os deixar 'crescer' na região" (MANSO; DIAS, 2018, p. 68). Em 2016, o Partido foi aumentando a desconfiança sobre quem estava mandando assassinar tantos *irmãos*, e tudo apontava para o Rei da Fronteira. Nesse mesmo ano, o violento assassinato de Rafaat a partir de tiros de metralhadora marcou a história da fronteira (MANSO;

DIAS, 2018, p. 70), sendo o PCC um dos principais suspeitos do crime, junto com o Comando Vermelho e Jarvis Chimenes Pavão – um dos maiores traficantes de droga brasileiro. (MANSO; DIAS, 2018, p. 255).

"Após a execução do Rei da Fronteira, um vácuo de poder foi sentido na região, mas não faltariam grupos e indivíduos dispostos a preenchê-lo" (MANSO; DIAS, 2018, p. 71). Essa frase resume o sentimento geral depois da execução de Rafaat, já que a população perdeu a referência de quem iria ditar as regras e condenar os crimes cometidos naquele local.

Como o PCC é um dos principais suspeitos do assassinato, o pensamento mais lógico seria de que o grupo conseguiu dominar completamente aquela região... No entanto, o cenário é muito mais complexo.

Por se tratar de um território estratégico no tráfico de drogas, diversos grupos criminosos envolvidos com esse comércio entraram em conflito, e não há um desfecho claro e completo sobre o assunto. Além disso, a história sofre reviravoltas a todo momento com as prisões, os embates, e as mortes.

2.5 RELACIONAMENTO COM OUTRAS FACÇÕES

Não é possível ter sucesso no mundo do crime se não há diplomacia e parcerias. O PCC percebeu a necessidade de criar relações amigáveis e pacíficas – normalmente com grupos menores – nos territórios que interessam à facção para aumentar o poder de influência e desfrutar das vantagens que os locais podem oferecer, como, por exemplo, uma rota que facilite o transporte de drogas dos países vizinhos para o Brasil.

Em contraposição, mesmo que um dos principais motes do Partido seja "o crime fortalece o crime", a dinâmica na "profissão perigo" (termo utilizado por criminosos para se referir às suas práticas) é muito frágil, e toda a parceria pode desmoronar ou nem mesmo existir por diversos motivos, tais como assassinato de algum membro, divergência sobre os negócios que praticam, disputa por um território etc.

Uma das principais relações pacíficas de convivência e negócios foi com o Comando Vermelho (CV), que foi estabelecida desde o início do grupo paulista (MANSO; DIAS, 2018, p. 23). Porém, o rompimento veio de forma abrupta em junho

de 2016, gerando diversos conflitos violentos e rebeliões em presídios, com destaque para aqueles localizados no Norte do país. Os mais atingidos foram os que estão em cargos baixos, ou seja, na base das facções. Muitos foram brutalmente assassinados, enquanto as altas cúpulas se prejudicaram apenas em relação aos negócios no Paraguai.

Segundo Alexander Araujo de Souza, promotor da GAECO, o rompimento do ponto de vista do PCC ocorreu por causa das relações do CV com grupos inimigos em outros estados: "Isso representou um golpe na pretensão empresarial do PCC em expandir seus negócios e criar um monopólio do crime organizado" (ÉPOCA, 2017). Essas facções inimigas citadas têm suas razões para não aceitarem os paulistas em seus territórios, e Paulo (nome fictício) em entrevista para o livro *A Guerra* (2018), explica o conflito do ponto de vista dele e da PGC (Primeiro Grupo Catarinense): "Estados do Nordeste e Centro-Oeste estão se armando para ir contra o PCC, com a ajuda de grupos de países da fronteira. O PCC estava se infiltrando em vários estados e queria dar um golpe nos outros grupos menores" (p. 18).

Nesse "racha", houve uma bipolarização no crime organizado brasileiro: precisavam escolher estar do lado do CV ou PCC. Aliados ao Comando Vermelho, estavam as seguintes facções: PGC (Santa Catarina), FDN (Família do Norte – Amazonas), Sindicato do Crime (Rio Grande do Norte), Bonde dos 40 (Maranhão), e Okaida (Paraíba). Paulo também explicou por quê escolheram o grupo carioca como parceiro:

O CV se une com o pessoal nativo da cidade que não quer ditador. O PCC quer mandar sozinho. Além de mandar, impõe o consórcio "imobiliário" – setecentos por mês de caixinha. PGC e CV não cobram nada. Então a população nativa se fortalece. (MANSO; DIAS, 2018, p. 21).

Do outro lado da moeda, o PCC também estabeleceu alianças para se proteger nos presídios e atacar os inimigos: Guardiões do Estado (Ceará), Bonde dos 13 (Acre), Bonde dos 30 (Pará), Estados Unidos (Paraíba), Amigos dos Amigos (Rio de Janeiro e grande rival do CV). (MANSO; DIAS, 2018, p. 22).

As rebeliões foram, aos poucos, diminuindo, e uma reportagem do El País de 2021 apresenta duas possíveis explicações para a queda dos assassinatos a partir de 2019. Uma das justificativas é relacionada a medidas governamentais, a outra refere-se à conquista da soberania de uma determinada facção. Ao longo do texto, é destacada a opinião de autoridades como coronéis e promotores sobre diferentes

presídios nas regiões afetadas pela crise. Em relação às ações do governo, para o coronel Marcus Vinícius Oliveira de Almeida:

"Hoje o crime organizado não dá mais as cartas nos presídio", afirma. "É muito difícil que hoje ocorra uma rebelião de grande porte no Amazonas, em virtude de toda a infraestrutura que foi feita." De acordo com ele, o Grupo de Intervenção Rápida, unidade tática utilizada dentro das unidades prisionais em situações de crise, chegou a frustrar algumas tentativas de "atos violentos" de presos contra presos, mas nada na escala do que ocorreu em 2017 e 2019. (EL PAÍS, 2021)

Além das políticas públicas citadas, também tenta-se dificultar a comunicação entre criminosos encarcerados e livres, como é o caso de Roraima:

"Com a intervenção federal nos presídios, acabou a comunicação entre eles. Acabou a entrada de celular. E quem estava na rua se sentiu perdido, sem receber ordens de dentro. Isso levou a uma redução grande na criminalidade. Sentiram a presença do Estado no sistema prisional e nas ruas", afirma Carlos Alberto Melloto, promotor de crime organizado, tráfico de drogas e lavagem de capitais do Ministério Público de Roraima. (EL PAÍS, 2021)

Porém, há uma justificativa oposta à diminuição do crime organizado através das ações de entidades governamentais, e que está relacionada à superioridade de um grupo em determinado lugar. Carlos Alberto Melloto, "promotor de crime organizado, tráfico de drogas e lavagem de capitais do Ministério Público de Roraima", explica:

"Preocupa esta presença massiva do PCC aqui, porque são empresariais, são muito mais organizados do que o CV. Essa hegemonia deles em Roraima é um poder absoluto, e no momento existe uma acomodação, a situação está bastante tranquila. Para eles é bom, 'não estou brigando com ninguém, estou fazendo o tráfico, vendendo muita droga e não estou tendo que entrar em confronto'", diz o promotor, que cita como analogia a tese de que um dos fatores da queda dos homicídios em São Paulo é justamente o poder paralelo consolidado nas mãos de uma única facção, o PCC. "Mas é tudo instável. O CV pode resolver subir do Amazonas, por exemplo, e nós temos uma presença ainda residual da FDN no sul do Estado". No xadrez do crime, às vezes as peças se movem de forma silenciosa até o próximo xeque-mate. (EL PAÍS, 2021).

Como citado acima, as relações no mundo do crime são muito delicadas, e qualquer evento pode virar fagulha para um grande incêndio, tornando pretexto para intensos conflitos, já que tudo muda de acordo com os interesses do momento. Por exemplo, o CV e FDN (aliados contra o PCC anos atrás) são inimigos atualmente em decorrência de "inúmeros erros, traições e quebra da ética do crime pelos ex-companheiros", segundo membros da FDN. (MANZO; DIAS, 2018, p. 274).

3 BRECHAS DO SISTEMA

Como já mencionado anteriormente, o PCC foi crescendo de forma gradual nos presídios e periferias de São Paulo ao longo da década de 1990. Depois, a facção expandiu as fronteiras do estado e conquistou diversas outras regiões (cidades, estados e, até mesmo, outros países). Mesmo que valorize o debate e a igualdade entre quem é do crime, esse crescimento não foi exatamente pacífico, pois muitas batalhas sangrentas – tanto externas, quanto internas –, foram necessárias até que tivesse hegemonia em todo o território por ela conquistado. Além da imposição física e bélica, há outros motivos que os tornam relevantes dentro da sociedade, como será abordado a seguir.

3.1 AUSÊNCIA DO ESTADO

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, constam todos os direitos e deveres da população brasileira. Tudo que será mencionado a seguir sobre fundamentos e objetivos do governo federal não é vedado ao estado de São Paulo e se aplica à constituição estadual, pois este é parte indissociável da República: “O Estado de São Paulo, integrante da República Federativa do Brasil, exerce as competências que não lhe são vedadas pela Constituição Federal” (São Paulo, 1989, Art. 1).

No primeiro artigo, é possível destacar a cláusula referente à “dignidade da pessoa humana” :

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
 I - a soberania;
 II - a cidadania;
 III - a dignidade da pessoa humana;
 IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
 V - o pluralismo político. (BRASIL, 1988, Art. 1)

Segundo Daniel Sarmento em *Dignidade da Pessoa Humana* (2016), esse valor é reconhecido universalmente e mencionado em constituições de diversos países (p. 56). O Brasil é um deles, mas, embora isto esteja escrito no documento, não significa que, na prática, seja garantido a todos. O problema reside no fato de que a cultura brasileira tem a desigualdade como um traço muito enraizado – é

crônica e tornou-se herança de uma sociedade “escravocrata” e com “desenvolvimento tardio”. (SARMENTO, 2016, p. 60).

O autor utiliza o termo “desigualdade multidimensional” para explicar que não é apenas uma questão de distribuição de renda desigual. Pelo contrário, ele expõe outros fatores que fazem parte da desigualdade brasileira: a “falta de acesso universal às liberdades básicas e aos serviços públicos, o tratamento dispensado às pessoas por agentes estatais e por particulares, a plutocratização da política e o desrespeito às diferenças identitárias”. (SARMENTO, 2016, p.59).

Então, os brasileiros nascem e são inseridos nessa lógica de sociedade hierárquica. Dependendo da sua posição social, econômica e traços identitários (gênero, cor, orientação sexual), você pode ocupar uma posição mais privilegiada ou não. Isso já está impregnado no subconsciente de todos, e “cada um 'aprende o seu lugar' e tende a agir automaticamente de acordo com essas regras implícitas da nossa gramática social”. (SARMENTO, 2016, p. 62).

O cenário descrito acima demonstra que, no Brasil, a dignidade da pessoa humana é relativizada. Não são todos os seres humanos que são dignos, apenas os que ocupam posições mais altas na hierarquia mencionada. Os responsáveis pelo cumprimento das leis, como juízes, estão introduzidos e enviesados por essa visão de mundo, o que prejudica a garantia do Estado de Direito. (SARMENTO, 2016, p. 66).

A partir desse ponto de vista, os presidiários não precisam ter seus direitos assegurados, por exemplo (SARMENTO, 2016, p. 66). Essas pessoas permeiam o imaginário do brasileiro como "menos humanos". E, em uma perspectiva bipolar sobre o mundo (*bom x mau*), são os representantes máximos do que há de ruim – o oposto do “cidadão de bem” –, e devem ser combatidos. Sarmento menciona um caso real de um presidiário que denunciava o Estado por danos morais ao ficar encarcerado por 5 anos em cela superlotada:

É emblemático o tratamento dado aos presos, na questão da responsabilidade por danos morais, decorrente de encarceramento em condições degradantes. O STF, no momento de finalização desta obra, aprecia um recurso interposto contra decisão do STJ que denegou o pagamento de danos morais a um preso que permanecera por cerca de 5 anos em cela superlotada, nas condições mais precárias. O STJ, que admite, sem hesitação, o dano moral pela devolução indevida de cheque sem fundos e por outros aborrecimentos banais, considerou que um preso, que teve a sua dignidade ultrajada pela prisão nas condições mais desumanas durante vários anos, não fazia jus a qualquer indenização! (SARMENTO, 2016, p. 65)

Se o artigo 3 da constituição fosse cumprido pelos governantes e sociedade, todo o efeito em cadeia da desigualdade no Brasil poderia ser um problema muito menor, ou até mesmo solucionado.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; (Brasil, 1988, Art. 3)

Todavia, dados demonstram que ainda há um longo caminho até o objetivo ser alcançado. Por exemplo, a população negra representa 56% do total de brasileiros (IBGE, 2018), 67% dos presidiários (INFOOPEN, 2019) e compõe 75% dos mais pobres (IBGE, 2018). Se essas pessoas são um pouco mais da metade dos habitantes, por que são a grande maioria nas condições de cárcere e pobreza? Há um sinal de que não estão em equidade com o restante em relação às oportunidades de desenvolvimento e de crescimento socioeconômico.

“Erradicar a pobreza e a marginalização” e “garantir o desenvolvimento nacional” parecem utopias em um país que muitos ainda não possuem acesso ao saneamento básico – 33 milhões de brasileiros vivem sem água potável e 94 milhões não têm serviço de coleta de esgoto (ITB, 2021) –, 14% estão desempregados (IBGE, 2021), 20,5% não possuem alimento o suficiente e 9% estão passando fome (VIGISAN, 2021). Além das necessidades básicas de sobrevivência, a educação é um dos fatores decisivos para aumentar a chance de ascensão econômica, porém, apenas 49% completaram o Ensino Médio, 7% são analfabetos (IBGE, 2019), e 62% dos jovens (18-24 anos) da classe social A estão nas universidades, enquanto apenas 10% da mesma faixa etária da classe E conseguiram sequer ingressar (SEMESP, 2020).

A partir do levantamento de todas essas informações, pode-se afirmar que a população periférica, carcerária e, por consequência, negra, está na posição mais baixa da hierarquia da desigualdade. Além da falta de estrutura para terem acesso a condições melhores de vida, enfrentam preconceitos da sociedade e não encontram apoio suficiente em políticas públicas – mesmo que o Estado seja, em teoria, o responsável pelo desenvolvimento adequado de todos os brasileiros.

Tudo isso representa que o Brasil possui capital social negativo. Antes de aprofundar a discussão, é importante definir “capital social”, que está associado, de acordo com Dejalma Cremonese em *Capital Social: Teoria e Prática*, a:

“energia social”, “espírito comunitário”, “laços sociais”, “virtude cívica”, “confiança”, “redes associativas”, “relações horizontais”, “vida comunitária”, “normas sociais”, “redes informais e formais” (bonding, bridging, linking), “reciprocidade”, “bem-comum”, “proatividade” (2006, p. 61)

Em resumo, “capital social” é um conceito muito importante para explicar o desenvolvimento saudável da democracia e da própria população, uma vez que as pessoas pertencentes a essa sociedade devem colaborar e serem consideradas todas iguais nos debates sobre assuntos de interesse público (PUTNAM, 2000, pp. 30-31 apud CREMONESE, 2006, p. 61). Já é possível perceber que a sociedade brasileira segue princípios opostos a essa definição, pois não somos todos considerados iguais na prática, como discutido nos parágrafos anteriores.

Outro fator que levou ao afastamento do Brasil do capital social positivo foi a construção da República através das práticas de:

- Populismo e personalismo: Crença de que uma pessoa será o “herói nacional” e solucionador de todos os problemas do local;
- Clientelismo: Distribuição de favores e serviços (ex: emprego, cesta básica) em troca de apoio político;
- Patrimonialismo: Não distinção entre o que é público e privado;
- Coronelismo: O coronel/fazendeiro de uma determinada região recebe diversos benefícios políticos e para o seu negócio, e, em retribuição, garante o voto e apoio da população local. (CREMONESE, 2006, pp. 49-51).

A herança do passado, que perpetua até os dias atuais, em junção da consequente desigualdade social, resulta em um capital social negativo. Essa dinâmica insalubre abre brecha para novas lideranças, como o PCC, estarem presentes em ambientes mais pobres, fazendo o papel do Estado e conquistando a gratidão daqueles que estão sempre sofrendo com a repressão e o descaso (FELTRAN, 2018, p. 147).

As relações políticas são mais autoritárias e a participação política se restringe à elite. Regiões menos cívicas, diz Putnam, estão mais sujeitas à corrupção (máfias). Nas regiões menos cívicas, impera a desconfiança interpessoal e as pessoas e a vida pública individual se organiza sob forma hierárquica. Parece ser uma conclusão lógica aquela a que Putnam chegou: quanto menor o capital social e a cultura cívica das pessoas, menor será o desenvolvimento econômico da região. A recíproca é, igualmente, verdadeira: quanto maior o acúmulo de capital social e maior a cultura cívica, maior será o desenvolvimento. (CREMONESE, 2006, p. 63).

Então, o Partido vai preenchendo lacunas disponíveis ao garantir a justiça e segurança da periferia – se há algum conflito, a facção pode intermediar e punir

quem está errado (FELTRAN, 2018, p. 149). Os moradores de periferias, por exemplo, muitas vezes não procuram a polícia, e sim algum *irmão*:

"O PCC criou um sofisticado sistema de justiça próprio baseado em três pilares que se aplicam dentro e fora das prisões: o acusado tem o direito de se defender, está proibido matar sem autorização e os vereditos são debatidos até que seja alcançado um consenso. Resolvem disputas de todos os tipos", explica Rodrigo, pseudônimo escolhido por um cineasta de 42 anos que mora na Brasilândia, um bairro repleto de favelas em São Paulo, com 280.000 moradores, onde o metrô não chega.

"Em bairros como esse, as pessoas não confiam na polícia", diz Rodrigo. "Sabe o que aconteceu ontem? A polícia baixou com duas motos na biqueira [ponto de venda de drogas] em frente de casa e levou a droga do traficante. Ele ficou louco." Ali os conflitos são resolvidos ao modo do PCC: "Todos se acertam com os *irmãos*. Vou chamar a polícia para resolver meu problema? Não, eu o levo ao PCC. É o que eles chamam de trocar uma ideia. É qualquer tipo de problema, desde estupro até roubo de tênis." (EL PAÍS, 2020).

Os *irmãos* também oferecem uma oportunidade através do tráfico de drogas e assaltos – arriscada, mas com retorno rápido – de melhoria econômica para diversos jovens que desejam consumir bons alimentos, roupas, acessórios, ajudar a família etc.

Miséria sozinha não causa violência, mas é, sem dúvida, explosiva quando a ela somam-se três fatores: desigualdade abissal e visível a olho nu; mercados ilegais pujantes e não regulados; encarceramento massivo dos pequenos operadores desses mercados, a serem profissionalizados nas cadeias. Eis mais uma fórmula mágica, a da revolta e da contraofensiva criminal dos miseráveis. O PCC surge de famílias miseráveis de São Paulo. (FELTRAN, 2018, p.146).

O trecho resume o que foi discutido neste capítulo sobre os problemas que assombram o Brasil desde sua fundação. Todos esses anos de descaso e diferença de tratamento entre determinados grupos resultam na descredibilidade do Estado e da crescente adesão dos desfavorecidos às facções criminosas, que se propõem a ser oposição do sistema que opõe e não auxilia quem mais necessita. O fator do "encarceramento em massa" será desenvolvido e analisado a seguir.

3.2 EXPANSÃO DOS PRESÍDIOS

As prisões surgiram no século XVIII e substituíram a tortura para punir as pessoas que cometem alguma ação contra a lei. Ou seja, a punição, desde então, é a privação de liberdade ao invés de suplício corporal em público. A ideia inicial era a ressocialização e reabilitação desses indivíduos para voltarem a viver em sociedade. No caso do Brasil dos dias atuais, é de amplo conhecimento que os

presídios cumprem o oposto dessa proposta. O ambiente é degradante e serve como uma “escola do crime” para muitos.

O fundamento da dignidade humana citado anteriormente não é colocado em prática nas rotinas das cadeias. Segundo o relatório da CIDH “Situação dos Direitos Humanos no Brasil” de 2021:

- A taxa de superlotação chega a 170%;
- Não existem agentes penitenciários o suficiente para a quantidade de detentos. Por exemplo, na Cadeia Pública Jorge Santana (RJ), havia 1 agente para quase 366 presos. E “a Resolução Nº. 1/2009 do Conselho Nacional de Política Penal e Penitenciária estipula que cada agente de segurança deve ter apenas cinco pessoas encarceradas sob custódia.” (CIDH, 2021, p. 71);
- A falta de funcionários acarreta em tempos prolongados das pessoas trancadas em suas celas superlotadas. E também, em muitas unidades, não há acesso a atividades educacionais ou de trabalho, nem banho de sol;
- Os espaços visitados foram caracterizados pelo “mau cheiro, ventilação inadequada e falta de iluminação e luz solar. Além disso, pôde-se constatar a presença de infestação de baratas e ratos nas celas” (CIDH, 2021, p. 71);
- A estrutura médica é precária pela falta de equipe de médicos, enfermeiros, medicamentos e equipamentos. Além disso, as péssimas condições de higiene e o pouco espaço levam ao contágio de diversas doenças. Por exemplo, a tuberculose é a principal patologia nas cadeias masculinas (INFOOPEN, 2019);
- Há denúncias de uso excessivo de força e maus tratos da parte do GIT (Grupo de Intervenção Tática): “inspeções vexatórias de mulheres; dano a pertences dos internos; uso de balas de borracha, gás de pimenta e gás lacrimogêneo indiscriminadamente; além de punições e espancamentos coletivos” (CIDH, 2021, p. 76).

É importante frisar que, nesse relatório, a CIDH afirma que não há evidências de que o encarceramento em massa resolva o problema da criminalidade. E essa sobrecarga do sistema carcerário é o principal motivo para o desencadeamento de diversos problemas, como observado acima. Com isso, entende-se que o funcionamento dos presídios acima da capacidade não é apenas um acaso, e sim projeto político.

Após o Massacre de Carandiru, a segurança pública ganhou um grande espaço no debate político e dois caminhos opostos se abriram: “De um lado, direitos humanos, justiça democrática. De outro, guerra implacável ao crime.” (FELTRAN, 2018, p. 187). As discussões em fóruns internacionais chegaram a conclusão de que investir em modelos de segurança respaldados nos direitos humanos seria o melhor caminho. Mas, na “vida real”, policiais e jovens da periferia continuavam travando embates sangrentos, e a repressão da polícia era apoiada por empresários, redes religiosas, e a elite da sociedade. (FELTRAN, 2018, p. 188).

Em resumo, depois da política de extermínio e das tentativas falhas de práticas propostas por defensores de direitos humanos, o posicionamento do estado de São Paulo foi o de ampliação carcerária. Feltran explica que, entre 1998 e 2005, 116 novas prisões foram construídas, e o PCC se expandia na mesma proporção (FELTRAN, 2018, p. 193).

A prisão funciona como a máquina de tear de uma rede ampla e complexa, absorvendo cada vez mais elementos e alargando os nós e as conexões entre eles através da combinação de interesses individuais e coletivos: com o encarceramento dos traficantes e, portanto, o obrigatório contato na prisão, o PCC vai ampliando a rede. (MANSO; DIAS, 2018, p. 55).

A política de guerra às drogas foi outro fator que fomentou o aumento exponencial do encarceramento. A partir de debates jurídicos, o tráfico de drogas começou a ser considerado crime hediondo, “gerando penas muito longas aos condenados” (FELTRAN, 2018, p. 194). Atualmente, a população carcerária brasileira totaliza 744.274 pessoas e, segundo o CIDH, aumentou 224% de 2000 a 2019.

Figura 3 - Evolução da população carcerária no Brasil. A imagem contém um gráfico de barras mostrando o aumento da população carcerária de 2000 até 2019.



Fonte: Painel interativo de 2019 da INFOPEN

<<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>> Acesso em: 26 set. 2021.

Feltran ainda traz uma importante reflexão sobre esse momento de expansão dos presídios e encarceramento, em seu livro *Irmãos*:

Importa levar em conta que os saberes que realmente constroem o mundo são produzidos no plano das práticas, para além desses discursos oficiais genéricos, ideológicos. Nem os defensores de direitos humanos estavam certos em suas propostas, nem os gestores eficientes do governo, nem os policiais punitivistas: os *irmãos* do PCC e os rappers que conheciam as periferias das cidades e liam o que estava acontecendo puderam compreender o momento com bastante mais acuidade que os demais atores. [...] É no choque entre elas que a vida se foi negociando no período. [...]. As políticas da experiência vivida. Por vezes, elas produzem mais efeitos que as políticas governamentais, e esse foi claramente um caso. (pp. 195-196).

Ou seja, quem estava construindo as políticas públicas em relação aos presídios e à criminalidade não sabia da realidade, que era muito mais complexa do que parecia para aqueles que não viviam na pele a rotina da periferia. A falta de entendimento e as ações ineficazes fortaleceram o crime organizado. Esses grupos, por sua vez, viviam nas favelas e presídios, então, sabiam exatamente as necessidades e o sentimento da população periférica. Ao invés do governo do Estado resolver o problema da violência urbana, deu espaço a uma multidão de

renegados revoltados, o que ocasionou no crescimento da maior facção criminosa do Brasil, da qual o presente trabalho debate.

É importante frisar que essa expansão não significa o domínio em número total de *irmãos* batizados, e sim a sua hegemonia ideológica – muitas cadeias e periferias de São Paulo e, posteriormente, outras regiões do Brasil, seguem o “ritmo” do PCC. Desse modo, até mesmo os não batizados aceitam, respeitam e praticam os princípios do Comando no dia-a-dia. (FELTRAN, 2018, p. 89).

4 A ORGANIZAÇÃO

Segundo o dicionário Michaelis, a palavra “organização” tem as seguintes acepções:

- 1 Ato ou efeito de organizar(-se);
- 2 Instituição, associação ou entidade que atua no âmbito dos interesses comuns;
- 3 Conjunto de diretrizes, normas e funções que contribuem para o bom funcionamento de qualquer empreendimento.

Além do auxílio semântico do dicionário, há diversos teóricos estruturalistas² que chegaram em boas definições sobre o que são as organizações. Por exemplo, Etzioni as define como “unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas a fim de atingir objetivos específicos” (ETZIONI, 1980, p. 9 apud SERRA NEGRA, 2010, p. 3). O autor ainda faz uma divisão em três categorias possíveis: organizações coercitivas, utilitárias, ou normativas; todas foram estruturadas nos controles feitos para obter obediência dos membros.

A coercitiva tem a forma de controle através de prêmios e punições – as pessoas são alienadas sobre os objetivos do grupo e permanecem por coerção, medo, ou imposição (ex: prisões e exército). Enquanto isso, a utilitária mantém seus funcionários pelo oferecimento de incentivos econômicos, e esses continuam pelo interesse nos benefícios que vão obter (ex: empresas, fábricas). Por último, a normativa utiliza a moral e o discurso motivacional para controlar quem frequenta, sendo eles crença, fé, e convicção nos motivos que os fazem continuar frequentando. (ETZIONI, 1974).

Blau e Scott estruturaram uma outra tipologia das organizações com quatro categorias, que são baseadas nos beneficiados pela instituição. A primeira é “associação de benefícios mútuos” exaltando os próprios membros do grupo (ex: sindicatos, cooperativas); a segunda, “organizações de interesses comerciais”, possui os proprietários ou acionistas como figura mais privilegiada (ex: empresas privadas, sociedades anônimas); a terceira, “organizações de serviços”, beneficia os clientes (ex: hospitais, escolas); e a quarta, “organizações de Estado”, o público geral é favorecido (ex: correio, instituições jurídicas e penais). (SERRA NEGRA, 2010, p. 7).

² A teoria estruturalista da administração considera que o todo é composto por partes menores que se somam ou se relacionam. (CHIAVENATO, 2003)

Depois de todas essas definições e da análise prévia sobre algumas características e a história do PCC, é possível afirmar que a facção é uma organização de fato, pois existe um interesse em comum entre todos que são associados ao grupo, mantêm relações e contato constante com pessoas externas ao grupo e outras instituições, e os membros seguem um conjunto de regras.

Se for considerada a perspectiva de Etzioni, o Comando pode se encaixar na categoria “utilitária” em decorrência do estímulo e segurança financeira oferecidos pela facção. Isso porque seu vínculo pode ser considerado “escola” para muitos jovens se tornarem criminosos profissionais, e também porque oferecem condições econômicas muito atrativas; além disso, os membros e seus familiares possuem aporte financeiro em momentos de dificuldade ou crise.

Ainda sobre a tipologia desse autor, também há motivos que permitem colocar o PCC como uma organização “normativa” em decorrência do forte apelo emocional do grupo. Desde a sua criação, a facção busca dar voz às pautas dos presidiários ao denunciar e se rebelar por melhores condições de vida nas cadeias, assim, controlam quem decide se filiar através do sentimento de pertencimento – aquele criminoso renegado por diversos setores da sociedade encontrou uma unidade que representa suas demandas, não o discrimina e o comprehende.

Mudando para a perspectiva de Blau e Scott, temos a “associação de benefícios mútuos” como o tipo que melhor representa o grupo criminoso paulista. Por muitas vezes, foram comparados a uma espécie de “sindicato do crime” e isso se relaciona ao fato de que os verdadeiros beneficiados são os próprios membros – inclusive, quem não faz parte é prejudicado, em muitas situações.

Diversas ações representam essas vantagens de ser um filiado, como a já mencionada assistência aos *irmãos* e suas famílias, e ao aumento da segurança nos presídios e periferias de São Paulo. Por exemplo, antes do domínio do Comando, residentes de favelas e presídios eram assassinados por motivos irrisórios, então, eles instauraram uma espécie de tribunal de justiça para promover o debate e o julgamento de quem está certo ou errado, ao invés dos envolvidos resolverem as situações com violência. Apenas em alguns casos, como ferir a ética do crime, a pessoa culpada pode pagar a pena com a sua própria vida.

Também podemos classificar as instituições, segundo Litterer, em formais e informais. No primeiro caso, existe produção de resultados “visíveis ao mundo exterior”, e no segundo, não existe essa concretização – as famílias são um exemplo

(LITTERER, 1973, p. 9 apud SERRA NEGRA, 2010, p. 3). Serra Negra complementa afirmando que:

As organizações formais são distinguíveis das informais por possuírem: a) Um objetivo claramente definido; b) Um ou mais processos; c) Produtos e Serviços claramente especificados; d) Relações de Poder; e) Recursos materiais, monetários e humanos. (SERRA NEGRA, 2010, p. 3)

Os cinco itens descritos pelo autor são aplicáveis ao PCC e serão melhor desenvolvidos a seguir. Mas já é possível afirmar que o grupo é uma organização formal, pois há um objetivo, processos, serviços especificados, relações de poder e recursos. Esse fato não entra em conflito com a existência ilegal da facção, que é fácil de provar, visto que é composta por muitas pessoas procuradas pela polícia e sua economia é baseada em furtos, assaltos e tráfico de drogas.

4.1 MISSÃO, VISÃO, VALORES: O ESTATUTO

A missão, a visão e os valores estão muito atrelados a uma perspectiva empresarial, mas outros tipos de organização, como o PCC, também possuem esses conceitos definidos. O estatuto (em sua terceira geração) da facção compila os três termos, mesmo que eles não sejam completamente claros, e também as regras de convivência e comportamento, obrigações dos integrantes, os compromissos de auxílio, a convivência com outras facções criminosas, e as penalidades, para o caso de haver descumprimento das normas ali preestabelecidas.

Provavelmente, os membros que escreveram os dezoito itens à mão em uma folha de papel (figura 4) não pensaram nesses três conceitos para estruturá-los, e, por isso, em muitas cláusulas, é perceptível a mistura de regras de comportamento e os valores pregados pela facção, por exemplo.

Figura 4 - Estatuto PCC. Imagem escaneada de um breve trecho do estatuto da facção criminosa.

O PCC FOI FUNDADO EM 1993 COMEMORAMOS ESTA DATA NO DIA 31 DE AGOSTO DE TODOS OS ANOS, MAS 17 ANOS SE PASSARAM E ENFRENTAMOS VÁRIAS GUERRAS, FALOS CRIMINOSOS FORAM DESMASCARADOS, SOREMOS DURAS ESFÉRES. FOMOS TRAIÇÔES INÚMERAS VEZES, PERDEMOS VÁRIAS IRMÃOS AMADOS, MAS GRACIAS A NOSSA UNIÃO CONSEGUIMOS SUPERAR TODOS OS OBSTÁCULOS E CONTINUAMOS CRESCENDO.

Fonte: Canal Ciências Criminais. <<https://canalcienciascriminais.com.br/pcc-terceira-geracao/>>

Acesso em: 4 out. 2021.

A seguir, todos os parágrafos do estatuto serão analisados para mostrar, pelas próprias palavras do grupo criminoso, quais são suas “missão, visão e valores” – importante frisar que as citações serão escritas integralmente com as mesmas palavras utilizadas e erros de grafia.

A missão, de maneira simples, resume a proposta da organização. Para estruturá-la, é necessário ter as seguintes informações: o que é ou o que faz; como vai fazer, e quem será beneficiado (ROSSI; LUCE, 2002, p. 9). Os autores Scott, Jafe e Tobe explicam que a missão define o propósito central pelo qual pessoas decidiram criar a instituição, e essa definição deve ser motivadora e objetiva para todos entenderem a sua finalidade e qual é a singularidade que os destacam (1998, p. 62).

O item 4 do estatuto mostra o que a organização faz: luta contra o sistema opressor e a desigualdade sofrida pela população carcerária e periférica. No trecho destacado, não falam diretamente sobre essa desigualdade, mas é possível pressupor pelo uso da palavra “injustiça” – remete que os fatores não são de igualdade –, e “nos afetar” - o pronome indica que estão falando sobre os integrantes, que são pessoas moradoras de periferias e presidiários, em sua maioria.

Aquele integrante que for para rua tem a obrigação de manter o contato com a Sintonia da sua quebrada ou da quebrada que o mesmo estiver. Estar sempre a disposição do Comando, a Organização necessita do empenho e união de todos os integrantes. Deixamos claro que não somos sócios de um clube e sim integrantes de uma Organização Criminosa, que **luta contra as opressões e injustiças que surgem no dia a dia e tenta nos afetar**. Sendo assim, o Comando não admite acomodações e fraquezas. (FELTRAN; 2018, p. 305, grifo nosso).

A maneira como colocam em prática a luta contra as opressões é através de um aparato bélico e da violência, pois, em suas palavras “vida se paga com vida e sangue se paga com sangue”:

Todos os integrantes tem o dever de **agir com severidade em cima de opressões, assassinatos e covardias realizados por Policiais Militares e contra a máquina opressora**, extermínios de vidas, extorsões que forem comprovadas, se estiver ocorrendo na rua ou nas cadeias por parte dos nossos inimigos, daremos uma **resposta a altura do crime**. Se alguma vida for tirada com esses mecanismos pelos nossos inimigos, os integrantes do Comando que estiverem cadastrados na quebrada do ocorrido deverão se unir e dar o mesmo tratamento que eles merecem, **vida se paga com vida e sangue se paga com sangue**. (FELTRAN; 2018, p. 309, grifo nosso)

Para completar qual é a missão do PCC, o item 8 discorre sobre os integrantes serem os grandes beneficiados pela existência do grupo, pois são assegurados e “fortalecidos” sempre que estiverem passando por necessidades.

Os integrantes que estiverem na rua e passando por algum tipo de dificuldade, poderão procurar a Sintonia para que o Comando possa ajuda-lo ir para o corre, deixando claro que **o intuito da organização e fortalecer todos os seus integrantes, para que cada um tenha Condições de se empenhar também no progresso do Comando e assim nossos objetivos serem atingidos com total êxito**. (FELTRAN; 2018, p. 306, grifo nosso)

A visão está relacionada ao futuro, o que a organização deseja ser ou alcançar (OLIVEIRA, 1998, p. 62). Sabendo que o Comando é uma instituição ilegal e criminosa, não há ampla divulgação sobre quais são os próximos objetivos almejados pelo grupo. Os itens 2 e 10 do estatuto mostram que, em um sentido amplo, a visão é o crescimento contínuo – seja em número de *irmãos*, sucesso nos negócios ilegais ou vitórias na luta contra a opressão.

O segundo parágrafo aborda a visão e o lema (“Paz, Justiça, Liberdade, Igualdade e União”), que é repetido diversas vezes pelos membros do PCC como grito de guerra: “Lutar sempre pela PAZ, JUSTIÇA, LIBERDADE, IGUALDADE E UNIÃO, visando sempre o crescimento da organização, respeitando sempre a ética do crime” (FELTRAN; 2018, p. 305).

Já o décimo parágrafo mostra qual é a função da Sintonia Final dentro do PCC (será discorrido melhor no subcapítulo sobre Sintonias) e, sendo essa a instância máxima, são a “linha de frente” em busca pelo propósito que beneficia todos os *irmãos*.

Deixamos claro que a Sintonia Final é uma fase da hierarquia do Comando composta por integrantes que tenham sido indicados e aprovados pelos *irmãos* que fazem parte da Sintonia Final do Comando. Existem várias Sintonias, sendo a Sintonia Final a última instância. **O objetivos da**

Sintonia Final é lutar pelos nossos ideais e pelo crescimento da nossa Organização. (FELTRAN; 2018, p. 307, grifo nosso)

Os valores representam os princípios considerados mais importantes para uma organização, estabelecendo “o que é desejável e o que é indesejável”. Isso serve de parâmetro para a tomada de decisões, traçar estratégias e, principalmente, guiar o comportamento dos indivíduos. (FREITAS, 1991 apud FERREIRA, 2016, p. 43). Quando alguém se torna um *irmão*, é de suma relevância estar de acordo e seguir fielmente os valores pregados pelo PCC, pois eles cobram uns aos outros de tais preceitos constantemente e, caso não seja cumprido, a pessoa pode ser excluída do grupo ou "decretada" (expressão que os *irmãos* usam para se referir à pena de morte dentro das doutrinas do PCC).

Logo no primeiro item, há um resumo geral sobre o que valorizam: lealdade, respeito, igualdade e justiça: “Todos os integrantes devem lealdade e respeito ao Primeiro Comando da Capital, devem tratar todos com respeito, dando bons exemplos a ser seguidos pela massa, acima de tudo ser justo e imparcial” (FELTRAN; 2018, p. 305).

O diálogo entre os membros está totalmente ligado ao respeito e igualdade, visto que é amplamente divulgado e encorajado o debate de ideias e opiniões entre as diversas camadas que compõem o Comando. No item 3, além de demonstrar a valorização de ouvir e ser ouvido, também se manifesta que há uma punição severa para quem não segue os princípios estabelecidos.

Todos os integrantes do Comando tem por direito **expressar sua opinião e tem o dever de respeitar a opinião de todos**. Sabendo que dentro da organização existe uma hierarquia e uma disciplina a ser seguida e respeitada. **Aquele integrante que vier a causar divisão dentro do Comando, desrespeitando esses critérios, será excluído e decretado.** (FELTRAN; 2018, p. 305, grifo nosso)

A igualdade também é abordada na cláusula 14 ao estabelecer que todos sejam tratados com igualdade. Partindo desse princípio, os membros evoluem dentro da facção por mérito próprio, então, quanto maior a dedicação, maior será a evolução, sendo o esforço o único método para isso.

Todos os integrantes serão tratados com igualdade, sendo que a nossa luta é constante e permanente, seus méritos e atitudes serão avaliadas dando prioridade para aquele que merece, esclarecendo que méritos não é sinônimo de acomodações e impunidade diante da nossa luta, tratando com igualdade para os iguais e desigualdade para os desiguais. (FELTRAN; 2018, p. 308)

A lealdade à facção significa estar presente nos bons e maus momentos, ou seja, se o PCC auxiliou alguém em um momento de dificuldade, essa pessoa deve

continuar com o mesmo empenho para com seus deveres como *irmão* quando estiver em condições melhores:

Todos os integrantes devem ter a certeza absoluta que querem fazer parte do Comando, pois aquele que usufrui dos benefícios que o Comando conquistou e pedir para sair pelo fato da sua liberdade estar próxima ou até mesmo aquele que sair para a rua e demonstrar desinteresse por nossa causa, serão avaliados e se constatado que o mesmo agiu de oportunismo o mesmo poderá ser visto como traidor, tendo atitude covarde e o preço da traição é a morte. (FELTRAN; 2018, p. 307, grifo nosso)

A disponibilidade para as missões designadas para cada irmão também está incluída na lealdade. Todos devem estar dispostos e demonstrar coragem até mesmo em situações de perigo. Isso é uma forma de honrar os compromissos e garantir o progresso da facção:

Toda missão destinada deve ser concluída. Será feita uma avaliação da capacidade de cada integrante indicado pela Sintonia, e aquele que for selecionado e aprovado tem capacidade de cumprir uma missão, e tem o dever de arcar com as despesas financeiras, mas quando for possível todos os gastos ficarão sob a responsabilidade do Comando. Essas missões incluem principalmente ações de resgate e outras operações restritas ao Comando. Todos aqueles que vierem a ser resgatados, terão a obrigação de resgatar outro irmão, aquele irmão que falhar na missão por fraqueza, deslealdade, será excluído e o caso será avaliado pela sintonia, no caso de vazar as idéias poderá ser caracterizado como traição e a cobrança será a morte. (FELTRAN; 2018, p. 307, grifo nosso)

Não foram abordados todos os itens do estatuto, porém, outras partes serão analisadas ao decorrer deste trabalho. Para finalizar, a conduta de acordo com as regras estabelecidas é de extrema importância, visto que a penalidade pode resultar, como já foi citado, em morte. A justificativa para isso é de que, como o PCC não é uma organização de acordo com as normas da sociedade, eles criaram seu próprio sistema de justiça, sendo um pouco chocante e “medieval” – para quem não faz parte dessa realidade – a maneira que lidam com os infratores.

4.2 CULTURA ORGANIZACIONAL: RITOS E IDENTIDADE

Para Morgan, a cultura organizacional é os “padrões de crenças ou significados compartilhados, fragmentados ou integrados, apoiados em várias normas operacionais e rituais” (1996, p. 125). Mas é necessário destacar que a cultura não é imposta sobre as pessoas, ela é criada e desenvolvida “durante o curso da interação social” (MORGAN, 1996, p. 131).

De fato, o Comando foi constituindo sua cultura através do tempo e trabalho em conjunto de diversas pessoas que passaram ou permaneceram no grupo. Além disso, foram totalmente influenciados pelo ambiente em que se desenvolviam, visto que as péssimas condições das cadeias foram determinantes para criação e manutenção do grupo.

Parte da cultura organizacional do PCC foi analisada no subcapítulo anterior sobre missão, visão e valores, já que o estatuto é bastante claro ao definir o que acreditam ser certo, por quais razões lutam, e as rígidas normas que devem ser seguidas para evitar penalidades. Outros pontos ainda não explorados são a importância dos ritos e da construção da identidade para tornar os membros ainda mais próximos da organização.

Os ritos são gestos, símbolos e palavras com muito significado para quem pratica, e estabelecem qual é a posição de um grupo ou sujeito na estrutura social à qual pertence (LEACH, 1996, p. 78 apud CRUZ, 2019, p. 7). A importância dessas ações reside no fato de que trazem pertencimento, ordenação e unidade, como é explicado por Meira:

Evidenciam regras de conduta que prescrevem como o homem deve se comportar em relação às coisas sagradas, reforçam o sentimento de pertença coletiva e dependência de uma ordem que protege ou salva os indivíduos do caos e da desordem. A ideia de ordem mostra o rito a partir de uma força organizadora, tornando-se o “lugar” da coesão e da classificação, e protegendo o grupo das cisões e descontinuidades presentes nas sociedades. Se agir de determinado modo induz a pensar de determinado modo, a ação ritual significa conter o pensamento dentro da ordem do universo. (MEIRA, 2009, p. 4)

Feltran (2018) menciona os rituais iniciáticos que demonstram humildade e igualdade entre todos na periferia e no mundo do crime, que seriam olhar nos olhos do outro enquanto conversam, comprimentar com respeito sincero e diálogar sem assumir posição superior. Quem não age assim é mal visto, e essas pequenas práticas fazem parte do cotidiano das pessoas que residem nesses locais, incluindo membros do PCC. (p. 40).

Outro exemplo de ritual é o batismo, importante cerimônia em que um *primo*³ torna-se *irmão*. Até a pessoa ser convidada e efetivamente registrada, passa por um processo de seleção, em que as habilidades de oratória e negociação, e também o conhecimento sobre a vida prisional e do PCC, são observadas por um tempo até o convite ser formalizado. Se essa convocação é aceita, o indivíduo assume “um

³ ‘Presos que residem no “convívio” de cadeias comandadas pelo PCC, mas que não são seus membros “batizados”. (BIONDI, 2009, p. 189).

compromisso com o Crime" e a facção se transforma em sua prioridade máxima (BIONDI, 2009, pp. 71-72).

Geralmente, existem regras que precisam ser cumpridas para alguém ser batizado, como o apadrinhamento de dois *irmãos*, que se responsabilizam por algumas atitudes do novato. Biondi explica quais são esses atos e o que os *irmãos* fazem para evitar problemas futuros:

Uma escolha mal feita, de alguém que não tem as aptidões para desempenhar o papel de *irmão* ou de alguém cujo passado faça dele *coisa*⁴, repercutirá para o padrinho. Devido a esta responsabilidade, os irmãos só costumam convidar alguém a se batizar se, após um cuidadoso processo de avaliação, considerá-lo apto a assumir o papel de *irmão*. Para minimizar o risco de fazer um convite a alguém que no futuro possa oferecer problemas para seus padrinhos, é comum que o preso seja convidado a morar na *faxina*⁵, em meio a outros *irmãos*, que poderão observá-lo mais de perto. (BIONDI, 2009, p. 72)

O estatuto é bastante incisivo ao descrever quem não é permitido entrar no Comando: "estupradores, pedófilos, caguetas, aqueles que extorquem, invejam, e caluniam, e os que não respeitam a ética do crime". Também deixam claro sobre a cobrança do compromisso depois de aceitar o convite, em que devem ter absoluta certeza sobre a decisão de se tornar um *irmão*, pois não poderão se afastar ou demonstrar desinteresse quando não estiverem mais em cárcere privado ou próximos da liberdade. (Estatuto Terceira Geração, cláusulas 6 e 9 apud BIONDI, 2018, pp. 306-307).

Porém, exceções podem acontecer, e alguns membros podem ser excluídos caso ajam em desacordo com as regras da facção ("ramelar") mais de uma vez. Se a penalidade não for a morte, os ex-*irmãos* têm o compromisso de manter o respeito e silêncio em relação a organização para outros:

O integrante que vier a sair da Organização e fazer parte de outra facção caguetando algo relacionado ao Comando será decretado e aquele que vier a mexer com a nossa família terá a sua família extermínada. O Comando nunca mexeu com a família de ninguém e tais não terão paz. Ninguém é obrigado a permanecer no Comando, mas o Comando não vai ser tirado por ninguém. (FELTRAN; 2018, p. 308)

O ato de se esforçar para atender aos requisitos e ser convidado para fazer parte do PCC revela que esses indivíduos possuem identificação com a organização. Esse reconhecimento ocorre quando o sujeito se identifica através da "descoberta do outro", e, ao longo do tempo, vai se aproximando de alguns "eus" e

⁴ Inimigo, ou seja, presos de outras facções ou funcionários da segurança pública. (BIONDI, 2009, p. 188).

⁵ Celas onde residem presos com funções políticas ou administrativas no pavilhão, essas pessoas também são apelidadas de 'faxina'. (BIONDI, 2009, p. 189).

se afastando de outros, ou seja, acaba se associando aos grupos que possui mais afinidade. (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008 apud FERREIRA, 2016, p. 3).

Levando em consideração a exclusão social dessas pessoas, como mencionado no capítulo 3, é possível afirmar que a identificação com o Comando acontece pela semelhança das histórias de vida e a indignação que sentem, o que os diferenciam de todo o resto da sociedade. Então, um grande aglomerado de rejeitados, fora da lei, e pertencentes à "profissão perigo" se juntam com um sentimento em comum para fortalecerem o movimento. O exercício de agrupamento traz diversos benefícios para quem o compõe, como a segurança, busca de significado para a vida, e valorização de si próprio (PRATT, 1998 apud OLIVEIRA, 2008, p. 181).

Freitas complementa o raciocínio ao afirmar que "os grupos asseguram a satisfação da necessidade de pertencer, de ser reconhecido, de existir aos olhos de si mesmo e dos outros" (FREITAS, 2005 apud FERREIRA, 2016, p. 5).

Sobretudo, o PCC traz todas essas vantagens para os seus membros, uma vez que garante a segurança física de todos os presos que estão nas cadeias comandadas pela facção e agem de acordo com suas leis (sejam essas pessoas *primos* ou *irmãos*); o discurso é muito emocional e a causa sensibiliza muitos que sofrem com a falta de estrutura dos presídios; e o princípio da igualdade entre todos valoriza a voz de quem é invisibilizado pela sociedade.

4.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: SINTONIAS

A estrutura organizacional, segundo Stoner e Freeman, representa como os departamentos são ordenados e divididos internamente (Stoner e Freeman, 1992, p. 230 apud SERRA NEGRA, 2010, p. 13). É um conceito simples, mas de ampla importância, pois a estruturação eficaz e inteligente pode garantir o sucesso da instituição. No caso do PCC, essas repartições existem e são chamadas de "sintonias".

As sintonias são células responsáveis por diferentes assuntos e atuam nos presídios e bairros de cidades brasileiras, e esse tem sido o modelo de gestão da facção desde as diversas mudanças internas ocorridas depois da megarebelião (MANSO; DIAS, 2018, p. 14).

Essas células estão conectadas e formam coletivos decisórios em âmbito regional, estadual, nacional e internacional. Cada unidade prisional e cada bairro onde há o controle do PCC têm um representante da facção para conduzir os negócios e servir de referência na resolução de conflitos. (MANSO; DIAS, 2018, p.14)

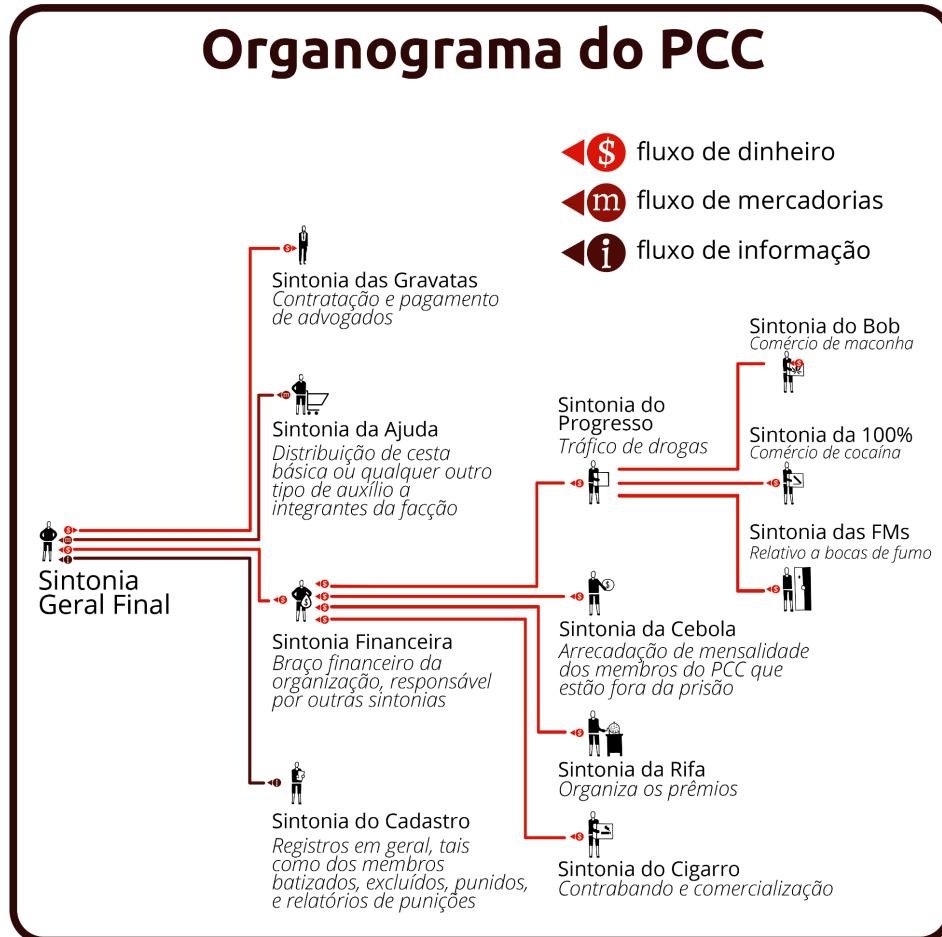
Como já destacado anteriormente, seguem uma lógica de “chefia sem mando”, em que os setores são maiores que os próprios integrantes. Ou seja, o PCC é super relevante e impacta a sociedade constantemente, mas não há uma personalidade concreta de carne e osso que estampe quem são os atores das ações. Marcola é muitas vezes apontado como esse representante do Comando pela opinião pública, o que é herança de tempos anteriores à nova configuração, mas não está envolvido nos movimentos de assaltos e tráfico midiatisados. Esses agentes são os “anônimos” que não chamam atenção, e a quantidade alta também impossibilita a identificação de todos.

Na figura 5, o organograma da facção mostra a definição de cada sintonia e como se relacionam através das mercadorias, dinheiro ou informações – importante ressaltar que não há certeza absoluta sobre as informações, por se tratar de uma organização secreta e criminosa. As instâncias máximas, Sintonia Geral Final e o Resumo Disciplinar, estão localizadas em São Paulo – mais precisamente na Penitenciária II de Presidente Venceslau –, e são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas, como ataques e mandato de morte. Já a sintonia dos Estados e Países e o Resumo Disciplinar dos Estados e Países (não demonstradas na figura) estão atreladas e representam as “mais altas instâncias do PCC para fora de São Paulo. Elas estabelecem a conexão entre o comando central, em São Paulo, e as células espalhadas dentro e fora do sistema penitenciário”. (MANSO; DIAS, 2018, p. 14).

As outras sintonias são mais específicas: “dos Gravatas” contrata e paga advogados; “da Ajuda” presta auxílio aos integrantes, como a entrega de cestas básicas; “Financeira” dá suporte monetário e é responsável por outros departamentos; “do Cadastro” cuida dos registros de novos participantes (batismo), dos excluídos e redige relatórios de punição; “do Progresso” concentra as atividades de tráfico de drogas e está diretamente ligada as sintonias “do Bob” (comércio da maconha), “da 100%” (comércio de cocaína), e “das FM” (bocas de fumo); “da Cebola” recolhe o valor mensal pago pelos membros que não estão na cadeia; “da Rifa” organiza rifas para arrecadar dinheiro; “do Cigarro” contrabandeia e

comercializa o cigarro nas prisões; e, por último, a “do Jogo do Bicho” é encarregada por essa atividade ilegal.

Figura 5 - Organograma do PCC. Na imagem, contém um gráfico mostrando quase todas as sintonias da facção e como elas se relacionam.



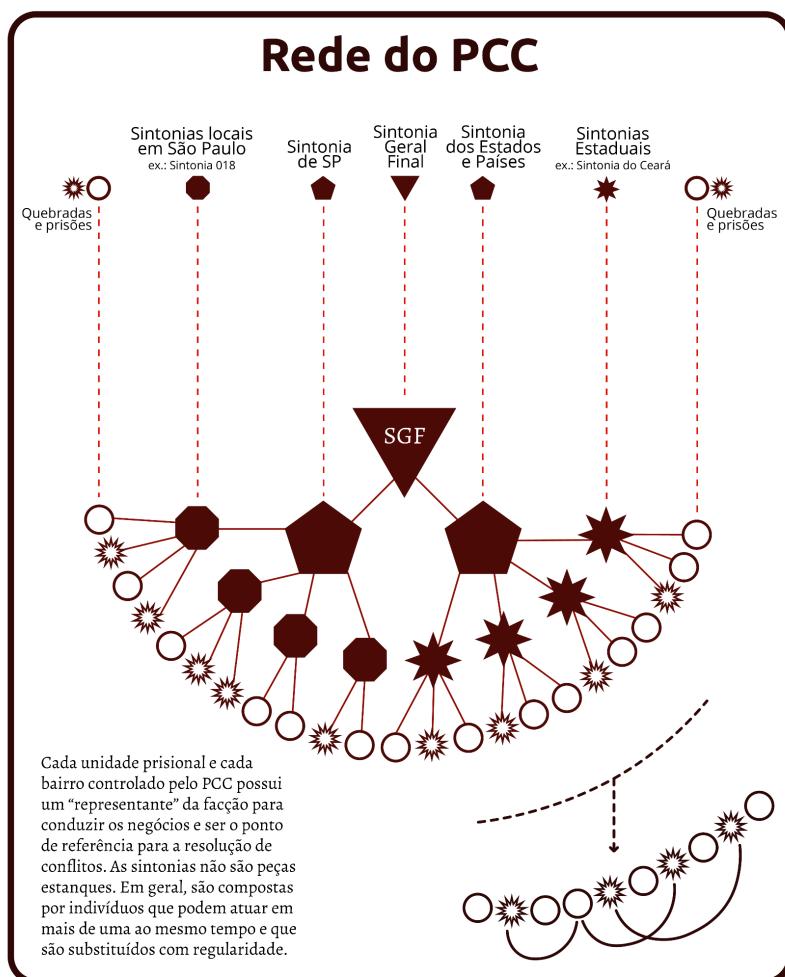
Fonte: *A Guerra, a ascensão do PCC e o mundo do Crime no Brasil*, Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias

Todos os núcleos são independentes entre si, no sentido de que aqueles que possuem cargo em uma sintonia não sabem por completo e com precisão tudo que é feito e planejado por outro departamento:

Mesmo alguém que está numa resposta relevante não pode dizer com certeza como funciona a Sintonia Geral Final, o Cadastro, ou quanto representaria no dia corrente o patrimônio da facção. Segundo Marcola, um não tem acesso à parte do outro: “Hoje não existe um comandante, porque o que aconteceu? Com a lição que houve por parte deles mesmos, que era uma estrutura piramidal - tinha uma base e ia fechando até lá em cima - aí eles [os presos] resolveram. Descentralizou totalmente e um não tem acesso à parte do outro”. (FELTRAN, 2018, p. 39).

A estrutura organizacional é horizontal, pois seguem o princípio da igualdade entre todos, valorizam o debate para entender as diversas perspectivas até chegar em um consenso (FELTRAN, 2018, p. 41). Mesmo com uma grande abertura para diálogos entre as diferentes camadas, existe uma hierarquia na tomada de decisões, como observado na figura 6. Os representantes do PCC dentro dos presídios e nos bairros de cidades dominados por eles cuidam dos negócios e resolvem conflitos nesses mesmos locais. Acima deles, a Sintonia de São Paulo (exclusiva do estado paulista) e a dos Estados e Países (cada estado ou país possui a sua própria, mas o nome é o mesmo) se responsabilizam por um território maior e assuntos mais abrangentes. Finalmente, no topo da hierarquia de decisores, a Sintonia Geral Final é a última instância.

Figura 6 - Rede do PCC. A imagem abaixo representa como as unidades decisoras se relacionam e são divididas entre assuntos micro até o macro.



Fonte: *A Guerra, a ascensão do PCC e o mundo do Crime no Brasil*, Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias

É inegável o sucesso dessa estrutura organizacional colocada em prática, que tem a sua eficiência comprovada pelo sucesso nos negócios ilícitos, o aumento constante de novos membros, e a sobrevivência do grupo ano após ano.

4.4 NEGÓCIOS ILÍCITOS

Parte das sintonias cuidam especificamente do que sustenta o Comando financeiramente: a “do progresso” e suas estratificações (Bob, 100%, FMs), “da rifa”, “do cigarro”, e “da cebola”. Neste subcapítulo, o tráfico de drogas será o negócio da família mais abordado em decorrência do seu grau de complexidade e por ser a maior fonte de lucros.

No estatuto, a cláusula 7 menciona o compromisso de todos os integrantes em colaborar com o progresso da facção e para que serve o dinheiro arrecadado:

É dever de todo os integrantes da facção colaborar e participar dos “progressos” do comando, seja ele qual for, pois os resultados desse trabalhos são integrados em pagamentos de despesas com defensores, advogados, ajuda para trancas, cesta básica, ajuda financeira para os familiares que perderam a vida em prol a nossa causa, transporte para cadeirantes, ou auxílio para doentes com custo de remédio, cirurgia e atendimentos médicos particulares, principalmente na estruturas da luta contra os nossos inimigos, entre várias situações que fortalecem a nossa causa ou seja o crime fortalece o crime, essa é a nossa ideologia. (FELTRAN; 2018, p. 306)

Os negócios ilícitos do PCC são fonte de dinheiro para “fortalecer a causa de Paz, Justiça, Liberdade, Igualdade e União, e não a finalidade da facção” (FELTRAN, 2018, p. 81). Portanto, a comparação que muitas vezes é feita sobre a facção ser uma “empresa” – em que o maior objetivo é o lucro a partir da exploração desses mercados – é um pouco falha, pois, na prática, o funcionamento não é exatamente assim.

Isso não significa que o caixa institucional seja uma quantia baixa, pois o tráfico de drogas é “uma das atividades criminais mais lucrativas do mundo”. Manso e Dias trazem os dados estimados do faturamento da facção entre 2008 e 2016: houve um crescimento de 300% nesse período – de 50 milhões para 200 milhões de reais. (MANSO; DIAS, 2018, p. 107).

Mesmo com o lucro de todo esse dinheiro, não é possível afirmar que o PCC controla o tráfico de drogas em São Paulo e em outras regiões, pois as redes são muito mais complexas do que se imagina. Por exemplo, existem diversos

microtraficantes que vendem drogas para complementar a renda por um período da vida, sem chamar atenção da polícia, e não são mapeados nem mesmo pelo Comando. Esses microtraficantes compram a mercadoria que, muitas vezes, não é proveniente dos traficantes do PCC: “Muitos carregamentos significativos, que chegam até os microtraficantes dispersos no tecido urbano, não passam por empresários irmãos”. (FELTRAN, 2018, pp. 79-80).

Ainda que a compra seja feita com um *irmão*, não significa que o dinheiro vai para a facção, pois todos os membros são livres para manterem seus próprios negócios – legais e ilegais – sem precisar prestar contas ou compartilhar parte do lucro. Então, há uma diferença entre a pessoa física e a instituição, sendo que o primeiro é “livre”, mas tem o compromisso de auxiliar o segundo a partir da mensalidade e cumprindo as missões designadas a ele, que vão desde venda de rifas e drogas, até o resgate de presos. (FELTRAN, 2018, p. 85).

Os números sobre possíveis lucros desses mega traficantes, que podem fazer parte ou não do PCC, demonstram que a facção não monopoliza o mercado. Em 2018, os ganhos giravam em torno de 40 milhões de euros (na época, equivalia a 180 milhões de reais) em apenas uma aeronave transportando cocaína para países da Europa (FELTRAN, 2018, p. 81). Sabendo que, durante um ano, são diversas viagens que levam a droga até outro continente e uma boa quantidade se mantém na América Latina, o lucro de pessoas físicas é muito maior que o do Comando.

A importância do PCC no narcotráfico tange ao fato de ser o “regulador mercantil” para os seus membros e aqueles que se relacionam. Isso significa que ditam a lógica de operação do mundo do crime, e os princípios de atuação são parecidos. Também garantem mais segurança aos negócios por ser uma rede inesgotável de informações, por exemplo, se algum irmão precisar de um helicóptero, vai encontrar alguém de confiança dentro da facção que possa recomendar os meios para conseguir ou pode ser a própria fonte que vai emprestar/vender a aeronave. No caso de empréstimo, todo o trâmite é baseado na confiança (construída só pelo fato de serem *irmãos*), em que aquele que vai pegar emprestado, se responsabiliza inteiramente por qualquer imprevisto. (FELTRAN, 2018, p. 87).

Apesar disso, a facção não permite que os membros se aproveitem do nome do grupo para ganhos pessoais. Ou seja, se um membro estiver em uma missão,

não pode usar a situação para beneficiar o próprio negócio, como comprar drogas em nome do PCC e pegar o dinheiro para si.

É inadmissível usar o Comando para ter benefício próprio. Se algum integrante vier a subfaturar algo para ganhar dinheiro em cima do Comando, agindo com esperteza em benefício próprio, será analisado pela Sintonia e após ser comprovado os superfaturamento o mesmo será excluído e decretado. Nenhum integrante poderá usufruir do contato do Comando para transações comerciais ou particulares sem o conhecimento da Sintonia, os irmãos que investir o capital em mercadoria ou ferramentas para negociar, podem fazer negócio com a Família e obterem seu lucro desde que não seja abusivos, pois todo o fruto desse trabalho é destinado aos necessitados em prol a nossa ideologia. (FELTRAN, 2018, p. 308)

Em 2011, aproximadamente, começou a circular um "salve" sobre a expansão dos negócios relacionados ao tráfico de drogas para outras regiões do país. A mente empreendedora dos membros articulavam a ampliação do mercado de maneira estratégica e eficiente: trazer preços competitivos em relação à quantidade e prazo de pagamento ("Progresso Variável"), o que desencadeia em condições muito favoráveis para os dois lados da negociação. Além disso, a orientação é para que toda a articulação seja feita com o mínimo uso de violência, ou seja, de forma diplomática, porém, nem sempre isso é cumprido. (MANSO; DIAS, 2018, p. 201).

Por mais que o espírito monopolista habite os planejamentos do Comando, até o momento não foi possível concretizá-lo completamente, visto que ainda existem algumas barreiras no estado de São Paulo e em outras regiões do Brasil. No estado paulista, os motivos foram esclarecidos acima; já em outros estados, o problema reside em situações parecidas e ainda enfrentam a resistência do tráfico local, pois, em alguns casos, os traficantes consideram a atitude do PCC "imperialista", ou não estão dispostos a ceder espaço para quem não tem "vínculo com as comunidades". (MANSO; DIAS, 2018, p. 204).

Isso não significa que o projeto fracassou ou está fracassando, pois o lucro apenas aumenta ao longo do tempo e a facção não aceita facilmente a resistência daqueles que recusam sua presença. Portanto, continuam insistindo e conquistando novos territórios pouco a pouco, seja de maneira diplomática ou através do uso da força, se for necessário.

5 O DISCURSO

A comunicação tem uma grande contribuição para a construção da cultura organizacional, que foi explicada no capítulo anterior. Essa interação é “estratégica, porque envolve, afeta e constrói a realidade de uma organização” (KUNSCH; MARCHIORI, 2009, p. 294). Marchiori ainda explica que, através do diálogo, é possível negociar o que é importante para determinados grupos, debater significados e identidade, por isso deve ser tão valorizado. Assim, a cultura organizacional é construída com relações fortes juntamente com valores coletivos. (2009, p. 315).

A função da comunicação pode ser apenas de transmissão de informações, mas também pode ser estratégica quando é utilizada para criar conhecimento, estimular relacionamentos, e construir a "realidade organizacional" (KUNSCH; MARCHIORI, 2009, p. 295). De acordo com Marchiori (2009, pp. 302-303), é necessário ter em mente quatro perspectivas diferentes para estudar essas interações:

- Mecanicista: "Processo de transmissão, no qual as mensagens fluem de um ponto ao outro por meio de um canal";
- Psicológica: “Interpreta a mensagem por meio da internalização de valores, da motivação, de atitudes e de expectativas, mudando-a em ritmo lento”;
- Interpretativo-simbólica: Diferencia-se da "psicológica", pois "os significados das palavras são interpretados simbolicamente por meio da experiência compartilhada em vez de serem pelo “filtro conceitual” do receptor”;
- Sistema de interação: “Comunicação como um ato de participação; o indivíduo vem a ser parte de um processo de comunicação”

Pode-se afirmar que a comunicação é essencial para o PCC a partir do que já foi escrito até o momento neste trabalho. Há algumas características da organização que exemplificam esse grande valor dado ao debate, como o método de resolução de conflitos a partir do próprio "tribunal de justiça", em que mediadores ponderam a situação antes do uso de violência. Também se comunicam diariamente com fornecedores e clientes no mercado ilegal das drogas (exigindo habilidades de persuasão e negociação), e repetem sua ideologia constantemente, para que os integrantes não se esqueçam as razões pelas quais lutam.

O princípio de que “o crime fortalece o crime” é repetido principalmente nos “salves”, que são os comunicados internos da facção e que serão o objeto de estudo para análise de discurso do grupo a seguir. Atualmente, esses recados podem ser enviados verbalmente – o “boca-a-boca” – dentro de um presídio ou por mensagens em aplicativos de conversa, como o WhatsApp.

O advento do celular nas prisões possibilitou a articulação entre detentos de diferentes prisões e com pessoas em liberdade, o que aumentou a capacidade de organização dos criminosos (MANSO; DIAS, 2018, p. 11). Na teoria, quem está recluso nos presídios não pode manter contato com o mundo exterior, é vigiado em tempo integral e é privado de diversas formas de entretenimento e comunicação, sendo o celular uma delas. Mas, na prática, revela-se que o oposto ocorre em grande parte das prisões brasileiras.

A entrada do telefone móvel ocorre de maneiras distintas. Pode ser pela “corrupção dos funcionários que fazem vista grossa para aparelhos trazidos por advogados, familiares ou até mesmo diretamente pelos servidores públicos”, pelo esforço de terceiros, como familiares que colocam dentro de alimentos e pessoas que arremessam do lado de fora da penitenciária, e também através de drones e pássaros com o aparelho amarrado. (MANSO; DIAS, 2018, p. 28).

Já que a fiscalização não é efetiva, uma outra forma de bloquear o uso de celulares seria tirar o sinal das antenas ao redor do local. Porém, isso também não é efetivo em decorrência de conflitos entre os governos federal e estadual e as operadoras de telefone:

Um lado exige bloqueadores nos presídios, sem custo adicional para o Estado. O outro diz que é tecnicamente inviável porque bloquearia o sinal em toda a vizinhança, o que prejudicaria os clientes, além de ser uma medida ineficaz, já que bastaria um desenvolvimento tecnológico qualquer para que o sinal pudesse passar incólume pelo bloqueador. De qualquer forma, os celulares seguem na ativa. (MANSO; DIAS, 2018, p. 28)

Segundo Karina Biondi, independentemente da maneira que os comunicados, instruções e recomendações chegam até os membros do PCC, eles partem – majoritariamente – das *torres*, que são “posições políticas” dentro da facção. Também são “territórios políticos”, pois normalmente estão localizadas em penitenciárias com presos que possuem muitos anos de trajetória no sistema prisional. Normalmente, são esses *irmãos* que ocupam os cargos das torres, visto que precisam ter “ampla experiência na vida prisional”, reconhecimento e/ou respeito

pelo proceder⁶, e serem “teóricos do universo prisional, teóricos políticos do cotidiano das prisões”. (BIONDI, 2009, p. 90).

Por trás de cada *salve*, não existe um indivíduo em particular e nem divulgação dos nomes envolvidos na construção do texto. Essa falta de personificação é proposital para evitar que os envolvidos sofram penalidades jurídicas por parte da justiça estatal, e contribui para:

Ocultar o mecanismo pelo qual são produzidas as orientações e as políticas da prisão. Tudo se passa como se uma força não identificável e não localizável fosse responsável pela tarefa específica de conduzir o modo de operação ou de exercício dos poderes que circulam nas prisões. (BIONDI, 2009, p. 91)

O fato de não ter propagação de rostos e personalidades está diretamente relacionada à mentalidade de “chefia sem mando” mencionada anteriormente, pois isso gera o sentimento de que o *salve* vem de uma entidade e não de uma pessoa física que seja superior aos outros (“melhor que alguém”), mantendo presente a unidade e igualdade entre todos. Além disso, é muito vantajoso que continue dessa forma pela impunidade, e é pouco importante saber quem estão nessas posições internamente, pois “um preso que a ocupa hoje pode deixar de ocupá-la amanhã, quando outro o substituirá sem alteração do modo de funcionamento desta mesma posição política”. (BIONDI, 2009, p. 91).

Todos os tipos de comunicado da facção (*salves*, estatuto, etc) se enquadram como discurso e sua definição, para Orlandi, é “a palavra em movimento, prática da linguagem”. O estudo dos discursos baseia-se na observação do ser humano se comunicando (2005, p. 15) e a importância desta análise recai sobre o fato de que estamos completamente envolvidos e “reféns” da linguagem, sendo necessário criar questionamentos sobre o que falamos e ouvimos (2005, p. 9). A autora também propõe que seja levado em conta a história de cada sujeito ativo nos diálogos, e relate a “língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (2005, p. 16).

As palavras que compõem os discursos sempre estão carregadas de muitos sentidos e que, muitas vezes, podem se diferenciar para cada indivíduo (ORLANDI, 2005, p. 20). No caso dos criminosos, eles se diferenciam do restante da sociedade até mesmo pelo uso de determinadas expressões, pois existe um vocabulário próprio dentro do universo do crime, que não é comum ou possui outro significado

⁶ Ações de um preso que sejam esperadas no universo prisional, e são avaliadas por outros que compartilham a mesma realidade (BIONDI, 2009, p. 193).

para quem não está inserido no meio. Alguns exemplos desses termos constam no “Glossário de Termos Nativos” feito por Karina Biondi (2009, p. 186), como “boi” (banheiro), “burra” (cama), “cabeça branca” (diretor da unidade prisional), “cunhada” (esposa ou namorada de um *irmão*), “esticar o chiclete” (processo de esclarecimento de conflitos), entre outros.

Essa utilização de palavras com sentidos nichados possui relação com a evidência do sentido, em que as relações determinam qual será a definição do vocábulo utilizado - que é perpetuado pela memória dos membros do grupo. (ORLANDI, 2005, p. 46).

Ainda sobre a composição do discurso no contexto da facção criminosa, existem outros dois componentes fundamentais: o sujeito discursivo e o trabalho ideológico. O primeiro, segundo Orlandi, é uma “posição” ocupada pelo indivíduo e utiliza Foucault (1969) para complementá-la ao explicar que é um “lugar que ocupa para ser sujeito do que diz”, o conceito fica mais claro a partir de uma contextualização:

Quando falo a partir da posição de “mãe”, por exemplo, o que digo deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa mesma posição. Quando, ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala “Isso são horas?” ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam. Exatamente. Podemos até dizer que não é a mãe falando, é sua posição. Ela aí está sendo dita. E isso a significa. Isso lhe dá identidade. Identidade relativa a outras: por exemplo na posição de professora, de atriz, etc. (ORLANDI, 2005, p. 29)

Traçando um paralelo com o PCC, os *irmãos* são considerados o sujeito discursivo, visto que é um “papel” interpretado pelas pessoas que compõem o grupo. Como já mencionado anteriormente, há, neles, uma forte identidade presente que ajuda a manter a união, além de possuírem responsabilidades, e serem reconhecidos em alguns ambientes por essa característica – ser *irmão*. Quando vão escrever *salves* ou falar em público, incorporam exatamente essa posição de *irmão*, adequando a linguagem e gestos.

O sujeito também é composto de ideologia, que transparece em todos os seus discursos e dá sentido a ele (ORLANDI, 2005, p. 17). Um possível questionamento sobre esse tema é sobre a sua formação, levando ao trabalho ideológico, que está relacionado à “memória e esquecimento”. Orlandi esclarece que o anonimato produz a literalidade com mais um exemplo: “é justamente quando

esquecemos quem disse 'colonização', quando, onde e porquê, que o sentido de colonização produz seus efeitos". (2005, p. 49).

A ideologia do PCC não tem um autor específico, ela apenas existe. Aquilo que está intrínseco à facção, como a ética do crime, o compromisso com o combate às opressões, o valor da palavra e do debate, e o fortalecimento dos criminosos, não foi criado da noite para o dia e nem por uma única pessoa. Portanto, a ideia percorre através dos anos, das diversas regiões do Brasil e outros de países, e também entre membros novos e antigos. Isso demonstra exatamente o que a autora discorre sobre o trabalho ideológico.

É justamente essa ideologia que diferencia a facção criminosa paulista das outras que já existiam no Rio de Janeiro, pois o discurso em defesa dos oprimidos é inovador e cria uma ideia de comunidade, propósito e união, distinguindo-se do "personalismo dos traficantes cariocas". (MANSO; DIAS, 2018, p.12)

5.1 ANÁLISE DO DISCURSO

Os *salves* analisados abaixo estão transcritos de maneira literal, preservando os erros de ortografia e pontuação. Isso é muito importante para perceber que, como observado pelos autores do livro *A Guerra*, os presos possuem "baixa educação formal" e "elevada capacidade de articulação política e gestão administrativa". (MANSO; DIAS, 2018, p. 20).

Em muitos recados, o PCC transmite uma ordem de caráter informativo para todos os membros ("vim banir o crack e a base", "seja extinta a venda e uso do crack e base em todos sistema carcerário"), como a proibição do uso de crack nas prisões de Roraima. Mas o texto não é escrito meramente para informá-los sobre a decisão, também utilizam palavras emocionalmente apelativas ("escraviza", "mudando sua personalidade, até mesmo o caráter da forma negativa") para provar que a medida tomada é para o bem de todos e o melhor a se fazer. Além disso, estimula o espírito de equipe ao parabenizar o desenvolvimento da facção naquele presídio e ao contar com a "união de todos" para ter êxito no banimento da droga.

Salve Geral/ Unidade
P.A

Nos a Sintônia Geral do Estado R.R

Saldamos a todos irmão e companheiro, um forte abraço leal e cinsero e verdadeiro. Viemos através desse parabenizar todos irmãos e companheiros na união que está sendo desenvolvida na unidade do estado, comarca e sistema hoje e, com muito orgulho. Que a unidade do P.A.

Vim banir o crack e a base toda essa que escraviza o ser humano e o crime mudando sua personalidade, até mesmo o caráter da forma negativa, sendo assim nos da sintonia do estado de R.R.

Considerando todos os irmãos e companheiros que possa fazer jus a este salve e a partir de 10-11-2013

Seja extinta a venda e uso do crak e base em todos sistema carcerário, e comarca e a unidade da P.A. Sabemos que a luta será grande, mas com a união de todos, teremos exeto. (MANSO; DIAS, 2018, p. 20)

As escolhas corretas das palavras e argumentos são fundamentais em um debate, e o PCC está constantemente provando seu ponto: discutindo e persuadindo. O advento do "racha" com o Comando Vermelho exemplifica isso, em que alguns *salves* foram enviados internamente e para pessoas de fora com o objetivo de debater a situação. No primeiro momento, antes dos conflitos sangrentos, a facção paulista utilizou um tom diplomático ("para termos um entendimento da sua parte", "estamos fazendo a nossa parte comunicando antes"), querendo ouvir o outro lado da discussão, mas não deixam de demonstrar que estão insatisfeitos e não vão aceitar a situação caso fosse confirmado que o CV estava batizando inimigos do PCC ("isso jamais vamos permitir", "não vamos admitir esses fatos que vem acontecendo"). Para demonstrar o tom conciliador, finalizam com a cartada ideológica de que "o crime fortalece o crime".

No geral, colocam-se na posição de vítima – como se o CV não estivesse cumprindo com o trato de ambos ao estar batizando nas prisões federais e apoiando facções criminosas inimigas – e que estão sendo atacados, o que justificaria uma resposta violenta se não fosse resolvido o conflito através da conversa ("respeitamos suas escolha, e não vamos admitir esses fatos que vem acontecendo").

Este salve vai para o Marcinho VP do CV, que se se encontra na federal de catanduvas. Deixamos um forte abraço.

E chegamos até você, para termos um entendimento da sua parte, pois vocês avia nos mandado umas ideias da Hora, inclusive, nos alertando dos faussos profetas que nossos irmãos estavão mastigando na federal e vocês não estavão batizando na federal para evitarem esses tipos de problema.

Mais tivemos ciência de que vocês estão sim batizando nas federais e que essas pessoas que vocês estão batizando estão voutando para seus estados de origem e chegando lá estã Batizando qualquer um, e até mesmo inimigo nosso, e ainda protegendo cara que está decretado por nós, esse tipo de situação, e essas pessoas que foram Batizada por vocês, querem brecar nosso Batismo pelo estado e isso jamais vamos permitir.

tem algumas facções nos estados, que estão querendo bater de frente com nós, e elas dizem que fizeram uma aliança com vocês, e que o inimigo delas, queria [seria] inimigo de vocês também nós não estamos entendendo essas ideias e queríamos um esclarecimento de sua parte, pois até então vocês são nossos amigos e temos um grande respeito por vocês, e sabem que nosso objetivo é unir o crime em todo o país, onde o crime fortalece o crime na paz, justiça liberdade e união.

essas ideias já estão no limite, pois queremos uma posição ter um entendimento da parte de vocês, Deixando claro que respeitamos suas escolha, e não vamos admitir esses fatos que vem acontecendo, estamos fazendo a nossa parte comunicando antes e agora cabe a vocês tomarem as providências.

Um forte abraço sem mais

ASS: final dos estados (MANSO; DIAS, 2018, pp. 23-24)

Depois do salve apresentando o ponto de vista da facção paulista, o debate parou de ser suficiente e iniciaram-se as agressões físicas em diversos presídios na região norte do país. Mesmo assim, todos os grupos criminosos envolvidos continuavam mandando comunicados, deixando de lado a entonação conciliadora e adotando um discurso defensivo. Em outras palavras, os inimigos descreviam suas próprias narrativas sobre os mesmos acontecimentos.

Para Orlandi, isso seria a “relação discursiva”, em que as pessoas ou grupos interpretam o mundo a partir de sua própria perspectiva, o que torna possível vivenciar a mesma experiência e interpretar de formas diferentes, assemelhando-se à interação “interpretativo-simbólica” de Marchiori. Já em uma troca comunicativa, a pessoa que emite uma mensagem e a que recebe vão processar as informações da sua própria maneira (2005, p. 40).

Comunicado Geral

A sintonia do Primeiro Comando da Capital vem por meio deste passar com total transparência a toda massa carcerária e todas facções amigas o motivo que levou o tal ocorrido no Estado de Roraima.

A cerca de três (3) anos buscamos um dialogo com a liderança do CV nos estados, sempre visando a Paz e a União do Crime no Brasil e o que recebemos em troca, foi irmão nosso esfaqueado e Rondonia e nada ocorreu, ato de talaricagem por parte de um integrante do CVRR [Comando Vermelho de Roraima] e nenhum retorno, pai de um irmão nosso morto no Maranhão e nem uma manifestação da liderança do cv em prol a resolver tais fatos.

Como se não bastasse, se aliaram a inimigos nossos que agiram de tal covardia como o PGC que matou uma cunhada e sua prima por ser parentes de PCC, matarão 1 menina de 14 anos só por que fechava com nós.

A mesma aliança se estendeu pra facção Sindicato RN que num gesto de querer mostrar força matarão uma senhora evangélica e tetraplégica uma criança sobrinho de um irmão nosso e seu irmão de sangue numa chacina covarde no Rio Grande do Norte pra afetar o integrante do PCC,

Agora chegaram ao extremo de Andarem armados de facas em pátios de visita no Acre e no estado de Roraima. Acreditamos que o crime do paiz não é cego e consegue enxergar com clareza o que realmente é desrespeito com familiares e quem deu ponta pé inicial pra essa guerra sangrenta que se iniciou. Para nos do PCC sempre foi mais viável a Paz, mas como nunca tivemos esse retorno por parte dos integrantes do c.v que sempre agiram de ousadia nos desrespeitando e desafiando, acabamos chegando a esse embate, que gerou esse monte de morte, acarretando vários problemas num gesto covarde vem se apossando das lojinhas dos traficantes menos estruturados, tirando seus coros. No Para um irmão nosso foi morto num pavilhão do CV e nada aconteceu, tentaram contra a vida do nosso irmão Tonho que só não morreu por que o companheiro não deixou.

Tivemos a ciência que o CV soltou salves falando que desrespeitam os visitas que fizemos familiares reféns, pura mentira, os familiares que retornaram pra unidade apos o inicio do confronto não saíram por que não quiz, teve familiares nosso também, ninguém sofreu nenhuma agressão. Quem fez familiares reféns em Rondonia foi o CCV.

Estão agindo com tanto ódio e cegueira que tiraram a vida de 8 irmãos deles, por ai já da pro crime do Paiz. Ver a falta de preparo com a própria facção, agora imagina o crime do paiz sobre esse comando?

Fica aqui o nosso esclarecimento pra todo Crime do Brasil a realidade dos fatos e pra aqueles que conhecem nossa luta e nosso trabalho e a sinceridade do Primeiro Comando da Capital o nosso forte e Leal abraço.

Estamos a disposição pra esclarecimentos.

Resumo Disciplinar Estado e Paiz. (MANSO; DIAS, 2018, pp. 30-31)

Na situação descrita acima, o PCC fornece exemplos comoventes para “estragar” a imagem do inimigo (“matarão 1 menina de 14 anos”, “matarão uma senhora evangélica e tetraplégica uma criança sobrinho de um *irmão nosso*”), que ultrapassou os limites ao assassinar grupos considerados vulneráveis. Também explicam que só estão reagindo aos ataques da oposição, então, o Comando não é o responsável pelo caos que estava acontecendo (“A cerca de três (3) anos buscamos um dialogo com a liderança do CV nos estados [...] e o que recebemos em troca, foi *irmão nosso* esfaqueado”).

O outro lado da moeda também foi divulgado pelo Sindicato do RN – aliada do CV –, mas direcionado para a sociedade civil do Rio Grande do Norte. Os argumentos utilizados foram relacionados à corrupção do sistema penitenciário, que estava beneficiando o PCC (“o PCC agindo covardemente tem comprado agentes diretores e polícias”), colocam a facção paulista como ditadores (“quem não entrava [no PCC] eles estavam matando”), e escrevem o texto em caixa alta – um recurso utilizado quando tem objetivo de destacar algo ou “falar alto”.

DO SINDICATO DO RN PARA SOCIEDADE DO RN:*

É IMPORTANTE SABER OS FATOS NA FORMA QUE HOUVE PARA QUE TODOS VENHAM A ENTENDER E SABER O QUE DE FATO ESTÁ ACONTECENDO NO SISTEMA PRISIONAL DO RN;

O *SINDICATO DO RN* FOI CRIADO PARA ORGANIZAR MELHOR OS MANOS QUE NÃO QUERIAM QUE ENTRAR PARA A “FACCAO PCC”, QUEM NÃO ENTRAVA ELES ESTAVAM MATANDO, ENTÃO CRIAMOS O *SINDICATO DO RN*, JÁ QUE O ESTADO NÃO AGIU PARA COMBATER O PCC;

O PCC AGINDO COVARDEMENTE TEM COMPRADO AGENTES, DIRETORES E POLÍCIAS, QUE ATUAM COMO INFORMANTES, REPASSAM ARMAS, MUNIÇÕES E INFILTRAM NO SISTEMA PENITENCIÁRIO;

A COVARDIA DO ÚLTIMO SÁBADO DIA 14/01/2017, DEIXA MUITO CLARO A PILANTRAGEM DENTRO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA:

1)NA SEXTA FEIRA OS AGENTES PENITENCIÁRIOS FIZERAM UMA VARREDURA MINUCIOSA NO PAVILHÃO 4 “SRN” RETIRANDO TODAS AS ARMAS E DEIXANDO O PAVILHÃO A MERCÊ DE UM POSSÍVEL ATAQUE, ONDE TODA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIARIA, ACOMPANHAVA OS RISCOS DE UMA GUERRA INTERNA, ENTRE PCC E SRN;

2)NO SÁBADO APÓS AS VISITAS, OS MEMBROS DO PAVILHÃO 5, COM A FACILITAÇÃO DOS AGENTES DE PLANTÃO, QUE MAIS UMA VEZ DEIXARAM OS PORTOES DO PAVILHÃO ABERTOS PARA QUE OS MEMBROS DO PCC, SAÍSSEM E INVADISSEM O PAVILHÃO 4, E MATASSEM COVARDEMENTE OS NOSSOS IRMÃOS;

3)OS PRINCIPAIS CHEFES DO PCC, FUGIRAM COM ALGUNS PRESOS E ATÉ AGORA O ESTADO SEQUER SABE DE NADA, APENAS ALGUNS PRESOS;

4)TODO MUNDO SABE QUE O PAVILHÃO 5, SO TEM FUGA SE OS AGENTES FACILITAREM, MAS NINGUÉM NA IMPRENSA FALA NADA, TALVEZ PARA PROTEGER O ESTADO QUE ATRAVÉS DE SEUS AGENTES AGIU COVARDEMENTE;

5)O CLIMA PIOROU QUANDO A ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA ATIVOU OS BLOQUEADORES DE CELULAR, COMO PODEM PENSAR EM QUERER QUE PRESOS DE UM SISTEMA PENITENCIÁRIO FALIDO QUE NÃO TEM SEUS DIREITOS HUMANOS E DA LEI DE EXECUÇÕES PENais GARANTIDOS, EXIGIR QUE CUMPRAMOS A LEI? O ESTADO NÃO É O EXEMPLO A SER SEGUIDO;

5)AGORA A GUERRA ESTÁ DECRETADA, VAMOS VARRER O PCC DO RN, E QUEM SE METER VAI TAMBÉM;

6)A POPULAÇÃO PODE FICAR TRANQUILA QUE O NOSSO FOCO SERÁ CONTRA:

A)AGENTES CORRUPTOS;

B)POLÍCIAS CORRUPTOS;

C)DIRETORES CORRUPTOS;

D)ÓRGÃOS DO GOVERNO CORRUPTOS;

E)MEMBROS DO PCC;

O SRN ACONSELHA A TODOS FICAREM EM SUAS CASAS ESSA SEMANA, FECHEM SEUS COMÉRCIOS E ASSISTAM A TV, VÃO ENTENDER MELHOR PORQUE.

NOS NÃO QUERÍAMOS ESSA GUERRA, MAS AGORA NÃO TEM MAIS VOLTA;

ATENCIOSAMENTE,

SINDICATO DO RN. (MANSO; DIAS, 2018, pp. 40-42)

Pela leitura dos comunicados das facções inimigas, prova-se que, de fato, existe um conflito entre as duas narrativas. Ambas falam que não queriam estar nessa situação, mas foram obrigadas a entrar em um conflito sangrento em decorrência de “vacilos” da outra parte. Também descrevem detalhadamente as situações, concretizando os cenários que ajudam a comprovar o argumento de quem é o culpado na situação e, assim, constroem seu ponto de vista, ou seja, “as imagens que constituem as diferentes posições” (ORLANDI, 2005, p. 40).

Existe outra semelhança nos discursos, que é persuadir seu público através da técnica de antecipação explicada por Orlandi. Para a autora, o emissor adequa a linguagem de acordo com quem vai ler ou ouvir sua mensagem, portanto, “ele ajusta o seu dizer a seus objetivos políticos, trabalhando esse jogo de imagens” (ORLANDI, 2005, pp. 41-42). No caso do PCC, o grupo contou casos de assassinatos de pessoas próximas aos irmãos (público-alvo do *salve*), e levantou a ideia que os rivais não tinham honra e princípios que são muito valorizados por quem é do mundo do crime. Essa argumentação serve de combustível para os membros do Comando se sentirem ainda mais motivados a lutar pela facção.

Já o Sindicato do RN tem como público-alvo a sociedade civil, que estava dominada pelo medo e preocupação dos eventos violentos nas regiões próximas aos presídios. A justificativa dada para os embates é a corrupção do sistema penitenciário e o PCC, e o Sindicato se coloca na responsabilidade de exterminar esse mal com suas próprias mãos. Além disso, tentam tranquilizar a população quando afirmam que essas pessoas não serão os alvos dos ataques, e sim os corruptos e os membros do PCC (“A população pode ficar tranquila que o nosso foco será contra [mencionam os corruptos e *irmãos*]”).

Pode-se afirmar que a batalha pelo domínio da região era “física, mas também ideológica” (MANSO; DIAS, 2018, p. 31). A comunicação foi utilizada como

arma para ferir o inimigo, em que os *salves* difundidos tinham o objetivo de justificar todo sangue derramado e argumentar sobre quem estava certo e errado – a régua do correto era quem tinha ações mais próximas baseadas na ética do crime.

Por último, a afirmação de Orlandi de que “não há discurso que não se relate com outros” é correta na situação descrita (2005, p. 39), pois todos os comunicados se conectam ao contexto da briga entre facções e aos vários debates ocorridos no passado.

Em todos os textos analisados, a ideologia do PCC está muito presente, e esse conceito aplicado no discurso constitui os sujeitos e os sentidos, pois dissimula “sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’, entendendo-se ‘subjetivas’ não como que ‘afetam o sujeito’, mas, mais fortemente, como nas quais constitui o sujeito” (ORLANDI, 2005, p. 46).

No campo mais concreto, quando alguém aceita ser batizado pela facção, é porque se identifica com o que é pregado pelo grupo e, como já analisado, o estatuto pressupõe que todos os *irmãos* estão presentes de corpo e alma, dispostos a fazer de tudo pela causa maior, que é denunciar opressões e fortalecer aqueles que são iguais a ele. Isso é observado nas ações individuais e coletivas, mas também está em cada manifestação comunicativa, como no “Grito dos Oprimidos Encarcerados” – panfleto direcionado para a sociedade brasileira em 2006:

Sociedade brasileira, donos da opinião pública, vocês sabem criticar os já oprimidos, mas não procuram saber as razões pelas quais eles se rebelam contra seus algozes. [...] Somos presos oprimidos pagando por algum tipo de erro cometido perante à sociedade, alguns nem mesmo erraram, mas sofrem as injustiças do ser humano. Mas pior do que os nossos erros é ver diversos homens públicos do nosso Brasil, que milhões de vocês votam, roubando a nação. [...] Então, tanto de um lado, como de outro, existem erros, mas o mais fraco paga pelo mais forte. O partido do PSDB, pensando na sua trilha política, só tem uma direção: passar por cima de tudo para alcançar a sua meta, que é o poder do Governo de São Paulo. Sempre nos usando de alguma forma e assim forçando os presos do sistema carcerário a soltarem os seus gritos de oprimidos que saem sem direitos à defesa. [...] Tudo o que ocorreu não foram rebeliões, nem baderna e sim revolução de todos os presos, para que sejam revistos nossos direitos de internos e seres humanos. Se houve erros, assumimos e pagaremos por eles. Mas tem sido a única forma de sermos vistos ou causar debates referentes a nós. (MANSO; DIAS, 2018, p. 144)

O conteúdo é uma tentativa de justificar as rebeliões, que tinham os objetivos de conquistar direitos básicos e reconhecer os encarcerados como seres humanos. Isso sintetiza o motivo da existência da facção desde o seu princípio, e mostram para aqueles que “temem” o grupo (população civil) quem é o verdadeiro inimigo: o governo do estado. A partir desse tipo de atitude e discurso, o Comando demonstra

que é o ponto focal de reivindicação dos direitos dos encarcerados, e as lideranças do crime usam o descaso do governo e falhas do sistema prisional para tornar ainda mais legítima sua pauta, resultando em uma expectativa de que a facção paulista é “a única chance de salvação” para os *irmãos* e *primos*. (MANSO; DIAS, 2018, p. 147).

Sobre os inimigos do PCC, é interessante ressaltar que o grupo utiliza a palavra “coisa” para se referir a eles. Isso porque segundo o dicionário Michaelis, uma das definições é “objeto inanimado em oposição a um ser vivo”, o que demonstra o desprezo total e repulsa por essas figuras, já que não são considerados, ao menos, seres vivos, pelos *irmãos*. O ódio da facção pelos policiais e pelos governos federal/estadual, por exemplo, foi construído através de anos de embates, em que os membros do Comando se sentem lesados em seus direitos, no sentido de que muitas vezes são humilhados e não podem revidar. O tratamento violento nas cadeias e a violência policial nas periferias geram revolta por parte de quem as sofre, e isso reflete sempre nos discursos quando falam sobre seus inimigos e a maneira que devem ser tratados (ex: cláusula 18 do estatuto).

Na teoria, o uso da palavra “coisa” e as ameaças faladas aos inimigos estão no imaginário, que é muito importante para a linguagem (primeiro, cria-se a situação e, depois, ela é refletida no discurso). Segundo Orlandi, o imaginário “assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (2005, p. 42).

Mesmo que de maneira inconsciente, o PCC revela um conhecimento vasto em articular ideias, motivar os membros e utilizar a comunicação para debates. A potência do seu discurso é revelada apenas pela simples leitura, mas, a partir da estrutura de análise da autora Eni Orlandi, torna-se ainda mais relevante o que é dito pela facção, sendo possível reconhecer os recursos utilizados pelas torres para construir a narrativa.

6 UMA OUTRA FORMA DE COMUNICAR: MÚSICA

Segundo Bakhtin, o termo "carnavalização" relaciona-se com o povo que não está no poder e ridiculariza aqueles que estão, e isso é feito através de festas populares e obras cômicas em um espaço que deixa de lado as leis e a moral. Já o "grotesco" desafia o sério a partir da ousadia e o riso com o objetivo da liberdade, que seria a “voz, visibilidade, e poder ocupar espaços que lhe são segregados”. Ambos conceitos possuem um “olhar transgressor, que busca inverter a lógica de mundo dominante”. (FIGUEIREDO, 2017, pp. 52-53).

O rap e o funk fazem parte de um movimento cultural de origem periférica com o objetivo de dar voz e visibilidade para a favela. O poder de alcance dos artistas é grande o suficiente para atingir camadas sociais que até então não tinham contato com essa realidade. Os gêneros musicais se conectam aos termos de Bakhtin pelo caráter transgressor, que é identificado em diversas letras que denunciam as injustiças e violências sofridas pela população que reside nesses locais e estão distantes dos centros de poder (FIGUEIREDO, 2017, p. 101). Outro motivo é decorrente das festas de baile funk e encontros de rap, que são festas populares cercadas pela “loucura carnavalizada” (FIGUEIREDO, 2017, p. 53).

O funk e o rap são, entre outras coisas, o uso disfarçado e dissimulado da fala para contestar a desigualdade social, a marginalização de grupos étnicos e, por meio de suas músicas, eles questionam a chamada “dominação cultural branca” e as relações de poder que promovem a exclusão de afrodescendentes ou advindos de outras localidades do país e recentemente da América Latina como um todo.

(FIGUEIREDO, 2017, p. 103)

Esse ritmo ainda sofre muito preconceito de uma parcela da população – os conservadores –, que menosprezam o movimento quando julgam a música como “pobre”, porém a crítica é sem fundamento e puramente discriminatória, pois ignora o impacto econômico e cultural causados por todos os artistas e produtores (FIGUEIREDO, 2017, p. 63). A criminalização também ocorre pela repressão violenta dos bailes funks e das batalhas de rap, e pela falsa presunção de que essa cena musical está relacionada à criminalidade – sendo que estão apenas retratando as vivências do mundo periférico, sem necessariamente existir uma ligação entre os artistas e o crime. A vida do crime, infelizmente, faz parte da periferia, e é por isso que se torna inspiração para muitas músicas.

Especificamente sobre o rap, a carnavalização e o grotesco estão presentes nas letras, pois são recheadas de “ironias finas”, “palavras de baixo calão” e gírias

populares utilizadas pelas pessoas marginalizadas, além do caráter de denúncia e contestador (FIGUEIREDO, 2017, p. 53). Quando o assunto é rap, é impossível não mencionar o grupo Racionais MC's, que revolucionou a música brasileira. Antes deles, ainda não haviam surgido pessoas que traduzissem o sentimento que a periferia estava sentindo em um momento tão violento na década de 80:

Naquela época, antes dos Racionais, ainda havia uma identidade a ser inventada para definir os sentimentos do jovem urbano, negro e periférico, nascido naquela São Paulo injusta e cruel, e que precisava se posicionar sobre o mundo em que vivia. A celebração da vida no crime pela música seria uma forma de jogar na cara da sociedade a revolta e o ódio que aqueles garotos sentiam. (MANSO; DIAS, 2018, p. 320)

A maioria das músicas do grupo tem o sentimento de revolta contra o sistema, o retrato da vida criminosa, a realidade das prisões, a violência policial, e a raiva dos oprimidos sendo revertida em mais violência. Na canção “Diário de um Detento”, escrita por Mano Brown e Jocenir (ex-presos do Carandiru), há um relato detalhado sobre o dia-a-dia da prisão:

Hoje, 'tá difícil, não saiu o sol
 Hoje não tem visita, não tem futebol
 Alguns companheiros têm a mente mais fraca
 Não suportam o tédio, arruma quiaca
 Graças a Deus e à Virgem Maria
 Faltam só um ano, três meses e uns dias
 Tem uma cela lá em cima fechada
 Desde Terça-feira ninguém abre pra nada
 Só o cheiro de morte e Pinho Sol
 Um preso se enforcou com o lençol
 [...]
 Um dia no Carandiru, não ele é só mais um
 Comendo rango azedo com pneumonia
 Aqui tem mano de Osasco, do Jardim D'Abrial, Parelheiros
 Mogi, Jardim Brasil, Bela Vista, Jardim Angela
 Heliópolis, Itapevi, Paraisópolis
 Ladrão sangue bom tem moral na quebrada
 Mas pro Estado é só um número, mais nada
 Nove pavilhões, sete mil homens
 Que custam trezentos reais por mês, cada
 Na última visita, o neguinho veio aí
 Trouxe umas frutas, Marlboro, Free

E, mais importante, a música é conhecida por narrar o Massacre do Carandiru, o evento que influenciou diretamente na criação do PCC, a partir da visão de quem estava encarcerado:

Amanheceu com sol, dois de outubro
 Tudo funcionando, limpeza, jumbo
 De madrugada eu senti um calafrio
 Não era do vento, não era do frio
 Acertos de conta tem quase todo dia
 Tem outra logo mais, eu sabia
 Lealdade é o que todo preso tenta
 Conseguir a paz, de forma violenta

Se um salafrário sacanear alguém
 Leva ponto na cara igual Frankenstein
 Fumaça na janela, tem fogo na cela
 Fudeu, foi além, se pã, tem refém
 Na maioria, se deixou envolver
 Por uns cinco ou seis que não têm nada a perder
 Dois ladrões considerados passaram a discutir
 Mas não imaginavam o que estaria por vir
 Traficantes, homicidas, estelionatários
 Uma maioria de moleque primário
 Era a brecha que o sistema queria
 Avise o IML, chegou o grande dia
 Depende do sim ou não de um só homem
 Que prefere ser neutro pelo telefone
 Ratatatá, caviar e champanhe
 Fleury foi almoçar, que se foda a minha mãe!
 Cachorros assassinos, gás lacrimogêneo
 Quem mata mais ladrão ganha medalha de prêmio!
 O ser humano é descartável no Brasil
 Como modess usado ou Bombril
 Cadeia? Claro que o sistema não quis
 Esconde o que a novela não diz
 Ratatatá! Sangue jorra como água
 Do ouvido, da boca e nariz
 O Senhor é meu pastor
 Perdoe o que seu filho fez
 Morreu de bruços no salmo 23
 Sem padre, sem repórter
 Sem arma, sem socorro
 Vai pegar HIV na boca do cachorro
 Cadáveres no poço, no pátio interno
 Adolf Hitler sorri no inferno!
 O Robocop do governo é frio, não sente pena
 Só ódio e ri como a hiena
 Ratatatá, Fleury e sua gangue
 Vão nadar numa piscina de sangue
 Mas quem vai acreditar no meu depoimento?
 Dia 3 de Outubro, diário de um detento⁷

As palavras utilizadas são muito fortes e descrevem em forma de poesia a falta de condições mínimas de sobrevivência dentro da prisão que já foi mencionada neste trabalho. Além disso, mostra o descaso e violência do governo estadual ao tratar dos detentos – ocasionando a carnificina do dia 2 de outubro de 1992. Já é sabido que essas motivações sustentam a existência do PCC até os dias atuais mas, de certa forma, a arte também pode ser utilizada para explicar a existência das facções criminosas num geral.

Além das composições feitas por artistas que não necessariamente tiveram experiências no sistema carcerário brasileiro, existe uma particularidade nos gêneros do funk e rap que é a apropriação desses ritmos pelos encarcerados. Eles utilizam esse meio para escreverem suas próprias letras com diferentes finalidades.

⁷ Letra completa disponível em: <<https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/63369/>>

Pode ser para contar suas próprias histórias, exaltar a facção à qual pertence, ou utilizar o canal como palco para provocar e desmoralizar seus inimigos. Essas músicas, assim como os comunicados do capítulo anterior, podem ser utilizadas de material para analisar o tipo de discurso do crime organizado e documentar sua história

André do Rap é apontado como um dos principais responsáveis pelo tráfico de drogas internacional do PCC, principalmente da rota do porto de Santos (SP) para a Europa. Antes da sua passagem pela prisão em 2019, também produzia e cantava rap, sempre abordando sentimentos e vivências da vida criminosa, como cantado em “Impacto Total”:

Do submundo desconhecido, Vincente de Carvalho
 Humilhado, sim, pelos esquemas do governo
 Quando eu dei meu milho, eu cometi meu erro
 Viajei, conheci a podridão do sistema
 Humilhação pro ladrão, tirar uns dia é problema
 Sistema cruel, implacável, bem abominável
 Engolindo as mente fraca, nada comparável
 Tiradas, roubadinhas, palavra vale tiro
 Respire e abre a boca, aperte o seu gatilho
 Consequências assisti do sistema que obriga
 Por falta de opção, saída em outra vida
 [...]
 A imprensa diz "é o caos"
 O crime se espalha e põe pânico total
 Formaram esse ciclo, obrigaram nós aí isso
 Meu povo segue a luta e tá no prejuízo
 O exemplo você vê, tá aí a olho nu
 Desde Zumbi ao Carandiru
 [...]
 A picadilha dos boy quer fazer seu dia a dia
 Procure se informar, se capacitar
 Pra bater de frente com o sistema e abalar
 Empresário vai tremer, vaquinha vai correr⁸

Ele conta a trajetória do crime desde o início, quando veio do “submundo desconhecido” (periferia), e foi preso pela primeira vez – entrando em contato com a “podridão do sistema” e a “humilhação pro ladrão” – também justifica que estar nesse meio é “por falta de opção” e não há volta (“saída em outra vida”). Existem simbologias por trás das palavras que fomentam a romantização do ladrão, colocando-o em uma posição “heróica”, por exemplo, quando relaciona a população negra ao crime (“o crime se espalha”, “obrigaram nós aí isso”, “meu povo segue a luta e tá no prejuízo”) ao mencionar Zumbi dos Palmares⁹, que representa a

⁸ Letra completa disponível em: <<https://genius.com/Andre-do-rap-impacto-total-lyrics>>

⁹ Líder do Quilombo dos Palmares, um Quilombos com maior quantidade de pessoas e com um dos maiores tempos de existência no Brasil.

resistência da população negra escravizada no Brasil, e o Massacre do Carandiru. O heroísmo dos criminosos também é exaltado por serem colocados na posição de confrontadores do sistema – esse sistema que é dito como o “inimigo” de pobres periféricos no início da canção –, portanto, são agentes da resistência ao “bater de frente com o sistema e abalar”.

Mais especificamente sobre o PCC, o rapper Kaskão, do grupo Trilha Sonora do Gueto, lançou a música “W2 Proibida” (2015) baseada em cartas dos presos de Presidente Venceslau II (MANSO; DIAS, 2018, p. 150). Na letra, o eu-lírico é um membro da facção denunciando o tratamento ilegal (sem cumprimento da Constituição) dado aos presos:

Assim, assim se liga ai você que tá no mundão
 Esse é o salve da nossa facção
 Daqui de dentro do inferno cativoiro do governo
 Que transforma a prisão e os que aqui se encontra preso
 Em monstro em bichos pra elite social
 Enquanto vocês ai fora tá vivendo na moral
 O G.I.R opõe a visita
 Pra tentar desanimar
 Vê se os parente abandona a gente no lugar
 Se imagina baguio loco, as criança perguntando
 Porque os homem de preto tá armado ameaçando
 Não respeita a visita isso é opressão
 Onde fica o que a lei chama ressocialização
 Vê crianças e esposa chegarem pra visitar
 Ser trancadas numa cela junto com o familiar
 Fora dia de semana que aqui eles invade
 Coloca fogo na cela e tortura de verdade
 Nós não tá pedindo arrego, nós tá ai pra guerrilhar
 É o primeiro é o 15¹⁰ que veio pra alertar¹¹

Além disso, segue a narrativa heróica ao mencionar os feitos do Comando em São Paulo – a diminuição das mortes em periferias e presídios –, apontando o governo como o verdadeiro inimigo da população. Repetindo a mesma ideia de “Impacto Total”, os criminosos (agora, especificamente, do PCC) se colocam na posição “anti-sistema”, esforçando-se para desmascarar o poder público e combatê-lo. Toda essa idealização do que é o crime organizado e daqueles que lutam pelos oprimidos, exalta as “qualidades” e diminui o pressuposto de ilegalidade do crime (assaltos, tráfico de drogas etc.) ao justificar por que entraram para a “profissão perigo” (falta de oportunidades, esquecimento e opressão por parte dos governos estaduais e federais).

¹⁰ “Primeiro” e “15” são maneiras de mencionar PCC, que seriam “Primeiro Comando da Capital” e “1533” - esses números são relativos as posições das letras P e C no alfabeto.

¹¹ Letra completa disponível em:

<<https://www.letras.mus.br/trilha-sonora-do-gueto-musicas/w2-proibida/>>

Vocês devia agradecer, nós do pan da capital
 Que deixamos todas vilas e cadeias na moral
 Já não morre mais ninguém, nós que fez acontecer
 Essa música faz parte, assim, assim, de um dossiê
 Que denuncia as mazelas do sistema prisional
 No interior paulista falo aqui de Venceslau
 Ei governante eu desafio, se é homem pra falar?
 Sobre essa reportagem que vazou eu foi pro ar?
 Tô chamando pro debate, tipo assim de bate pronto
 Com o tema principal qual bandido fica solto
 30 Minuto de ideia, espaço em rede nacional
 Inteligencia PCC versus Governo Federal
 O povão brasileiro ia ver quem é você
 Facção legalizada disfarçada de poder
 O que é que deu se encobriu, pra sociedade esquecer
 E achar que criminoso é só nos do PCC
 [...]
 Não adianta ocultar
 Nem tentar oprimir
 Nós tem gente espalhada em todo canto por aí
 Assim, assim se liga ai você que tá no mundão
 Esse é o salve da nossa facção
 Aqui é W2 campo de concentração, vulgo dela proibida
 Onde habita a facção
 Que os robô de preto do governo atual
 Tortura, explode bomba de efeito moral
 Vou relembrar novamente, deste de preto capuzado
 Reeducando, agonizando
 Com o corpo incendiado e a família assistindo
 Tudo isso na TV
 Vou ser claro e direto é o que o PCC
 Aniquilar, que o sistema pode mais
 Que tem carta pra matar
 Quem é contra os ideais 2015 tá assim
 Não adianta reclamar
 Resumindo, papo reto, ditadura militar

Uma outra particularidade em relação aos raps e funks feitos por membros de facções criminosas é a utilização desse meio para incendiar ainda mais brigas e discussões entre grupos inimigos. No Ceará, o PCC tem aliança com o GDE (Guardiões do Estado), que os auxiliaram na luta contra o CV no estado em 2016 e 2017, e usufruíram desses ritmos musicais para narrar as disputas. Manso e Dias explicam que os membros das facções que estão fora das prisões dão mais valor à “adrenalina em torno dos conflitos” do que aos “discursos ideológicos, mais presentes” na vida daqueles que estão encarcerados. (2018, p. 234).

Os caras tentaram entrar na favela,
 entre becos e vielas,
 sabe o que é difícil de entrar
 O Anão disse que eles estão monitorados,
 o Arregueba lá de aço e o Gorreba tá de AK
 Os caras entraram em desespero,
 o Gordinho é certeiro, pensaram em recuar
 Baleado me falou que os cara peidou.
 Então não tenta, que nós faz voltar de ré
 O Neguinho tá com a de tripé e a boca tá a mil.

Trocando tiro o irmão Lucas é o veneno.
 E a boca tá vendendo. Pra relaxar acende o balão.
 (MANSO; DIAS, 2018, p. 234)

Na letra, MC Lukinhos descreve que os inimigos tentaram atacá-los, mas não obtiveram sucesso e recuaram, pois os membros do GDE estavam equipados de armas e atiravam com precisão (“os caras entraram em desespero”, “Arregueba lá de aço”, “Gorrego tá de AK”, “o Gordinho é certeiro”). Depois do sucesso no conflito, os protagonistas da canção continuaram com o tráfico e com o uso da maconha (“A boca tá vendendo. Para relaxar acende o balão”).

Porém, não é apenas o PCC e seus aliados que provocam através da música: eles também são o alvo da provocação. No Amazonas, a FDN (Família do Norte) – aliada ao CV, na época – celebrou o assassinato de muitos membros do grupo paulista a partir de diversos vídeos dos massacres no Youtube e funks “proibidões”. Isso se tornou uma tradição dos amazonenses vinculados ao crime organizado, aproximando-os ainda mais do narcotráfico fluminense. (MANSO; DIAS, 2018, p. 36)

Aqui é o crime organizado tá tudo monitorado
 fechado aos aliado, represento o nosso Estado
 descretado o poder a ordem vou te dizer
 foi batido o martelo para torar os PCC
 o Comando é um só e tá daquele jeito
 representa a FDN junto ao Comando Vermelho
 pega a visão é a conexão, tomamos de assalto todo o cadeião
 representamos de tal forma e a massa reunida
 para quem pagou de doido sente o poder da família
 aqueles que conspiro traíram a família
 o bagulho foi mais doido, se batendo igual galinha
 foi troca de tiro, polícia não peitou
 a bala comeu no solto e a Rocam recouou
 Estava tudo dominado a cadeia em nossas mãos
 e os presos tudo decapitado na quadra do cadeião
 Vou passando outra visão para o Estado se ligar
 Nossa estrutura aqui é forte, jamais vão nos derrubar
 Pode anotar, escreve o que estou falando, a força da FDN
 só estava começando
 então não desacredita que é a guerra só começou
 É a Família do Norte botando o maior terror
 Nós aqui é pelo certo e não aguenta safadeza
 Foi mídia no mundo todo arrancamos várias cabeças
 Um aviso eu vou dar então fica ligado
 Somos da FDN e CV lado a lado
 Respeito, bota o respeito, aos irmãos que é fechamento
 Aqui só os terroristas pesadão nesse momento
 Armamento de pistola, de doze e de granada
 Jogamos no seguro e não sobrou mais nada
 Papo reto, meu parceiro, pode crê nós está no pique
 Dia primeiro de janeiro representamos o crime
 Aqui é sem palpite e também poucas palavras
 É a Família do Norte em todas as quebradas
 Aqui é sem palpite e também poucas palavras
 Do Norte, do Amazonas, para todas as quebradas

É nós (MANSO; DIAS, 2018, p. 36)

O trecho acima segue a mesma linha do funk do GDE, só que as posições se invertem, demonstrando que os membros e aliados do PCC recuaram ou foram assassinados (“se batendo igual galinha, foi troca de tiro”, “estava tudo dominado a cadeia em nossas mãos”, “presos tudo decapitado na quadra do cadeião”, “jogamos no seguro¹² e não sobrou mais nada”), o que ajudou na completa dominação da FDN naquele local. Além disso, cantam sobre o pesado armamento e violência utilizada (“armamento de pistola, de doze e de granada”), que foi capaz até de deter o envolvimento da polícia no conflito (“polícia não peitou”, “a bala comeu solto e a Rocam recuou”).

Todas essas narrativas em formato de música fazem parte de um recorte muito específico do rap e do funk, portanto, não representam a totalidade desses movimentos culturais. É importante repetir que não há comprovação do envolvimento dos artistas com o crime diretamente, mas utilizam sua popularidade e sua voz para trazer representatividade para a periferia, denunciando injustiças e violências que assolam esses locais desde antes da existência de facções criminosas.

¹² “Jogar no seguro” é colocar presos em uma cela especial por correrem risco de vida. Normalmente, as pessoas que vão pro seguro estão em cadeias de facções inimigas, ou cometem um crime repudiado entre criminosos (ex: estupro e pedofilia).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do PCC foi resumida aos principais eventos que temos conhecimento e que mais impactaram a sociedade brasileira. Foi abordado o nascimento da facção em 1993 na Casa de Custódia de Taubaté (CCT) – sendo consequência direta do Massacre do Carandiru – com a organização dos presidiários visando a reivindicação de melhores condições de sobrevivência e tratamento nas cadeias de São Paulo. Provaram sua existência e força nas rebeliões (ex: Megarrebelião de 2001) e ataques (ex: ataque em São Paulo em 2006), e passaram por uma reformulação a partir do ano de 2002 depois do Racha do PCC, em que adquiriram caráter empresarial e de “chefia sem mando”.

Por mais que o grupo tenha origem paulista, as fronteiras foram expandidas logo no começo dos anos 2000 para outros estados, e, atualmente, estão presentes até em países vizinhos. O começo dessa expansão foi facilitado pelos governos estadual e federal, pois espalharam diversos membros da facção por presídios em diferentes localidades numa tentativa falha de “separar” o grupo. Porém, não puderam prever que a alta capacidade de comunicação e convencimento desses membros iriam conquistar ideologicamente uma massa carcerária revoltada com as condições em que estavam submetidos. Já a necessidade de estar presente em regiões fora do Brasil surge das ambições empresariais do Comando, como a conquista das rotas das drogas e o contato com fornecedores primários.

Uma das principais parcerias entre facções criminosas foi entre Comando Vermelho e PCC, e, exatamente por ser um laço poderoso, quando se desfez, sucedeu em um evento catastrófico. O mundo do crime no Brasil se dividiu em duas partes, e as facções menores precisaram escolher um lado, resultando em assassinatos e violências generalizadas nos presídios brasileiros do Norte e do Nordeste.

Depois do panorama geral, este trabalho buscou trazer dados que provassem a ausência do Estado e a não garantia da “dignidade da pessoa humana”, da educação, da saúde e do emprego aos detentos e ex-detentos, além do racismo fora dos presídios – fatos resultantes no fortalecimento do crime organizado. Inclusive, Gabriel Feltran escreveu em seu livro *Irmãos: Uma história do PCC* uma reflexão sobre quais são os fatores que levaram ao surgimento da organização criminosa: desigualdade social, mercados ilegais e encarceramento em massa. Este último item

merece uma atenção especial, pois a expansão dos presídios e o volume alto de pessoas encarceradas foi um projeto político, em que governantes optaram pela construção de uma alta quantidade de novos presídios — segundo Feltran, foram 116 novas unidades no estado de São Paulo entre 1998-2005 —, e pelo sancionamento de leis que facilitavam o aprisionamento de pessoas sem o julgamento completo, garantindo-lhes longas penas por tráfico de drogas, por menor que seja o porte.

Se o poder público tinha como objetivo diminuir a criminalidade a partir dessas ações, falhou completamente. A sucessão de erros em conjunto com a calamitosa situação dos presídios brasileiros denunciados pela CIDH apenas fortaleceu o sentimento de revolta e a união dos criminosos, sendo as cadeias o ponto focal da tomada de decisões das facções e funcionando tal qual “escolas do crime”.

Sabendo-se que o PCC existe e também o tamanho da sua influência, analisa-se a organização pela perspectiva das Relações Públicas com destaque para a definição da missão, visão e valores da facção:

- Missão: Lutar contra o sistema opressor e a desigualdade sofrida pela população carcerária, de forma que os maiores beneficiados pela existência do PCC são os próprios membros. Para alcançar o seu propósito, utilizam aparato bélico e violência.
- Visão: Em um sentido amplo, crescimento contínuo da organização em número de membros, sucesso nos negócios ilegais e vitórias contra os inimigos.
- Valores: Lealdade, respeito, igualdade, justiça e união.

Também é necessário destacar a importância dos ritos e da identificação com o grupo para tornar a unidade entre eles ainda maior. Tudo isso faz parte da cultura organizacional, que, no caso do PCC, é muito sólida pelas ações do grupo, pela manutenção da sua relevância ao longo dos anos, pela expansão territorial e econômica, e pela utilização da ética do crime ao seu favor. Além da documentação histórica feita por pesquisadores de campo (Bruno Paes Manso, Camila Nunes Dias, Gabriel Feltran, Karina Biondi), os salves e as músicas demonstram como constroem essa cultura e o quanto a comunicação é fundamental para isso — visto que é através dela que se constitui a cultura organizacional.

A comunicação é efetiva dentro da facção desde o seu início. Isto é provado pelas rebeliões simultâneas em diferentes presídios na Megarebelião de 2001 —,

uma época em que o acesso a celulares era muito mais difícil, e não existia internet móvel da maneira que conhecemos em 2021. Atualmente, a facilidade para adquirir esses dispositivos e se comunicar em massa através deles faz com que os diversos membros espalhados pelo Brasil e outros países estejam sempre conectados. Porém, a eficiência também existe através da semântica: o conteúdo dos seus comunicados e as palavras utilizadas são potentes, estimulantes, e transpiram o que o Comando defende.

Utiliza-se, sobretudo, o aparato de análise fornecido por Eni Orlandi para classificar os discursos do PCC, podendo-se perceber que, consciente ou inconscientemente, os *salves* escritos usam palavras emocionalmente apelativas, que expressam sempre o compromisso do grupo com a verdade e, principalmente, com o fortalecimento dos criminosos. Também tentam persuadir pela técnica de antecipação, e utilizam o discurso como uma arma no campo de batalha contra os inimigos. Nesse caso, além do discurso oral, também utilizam o discurso cantado, e é fascinante ver a criatividade dessas pessoas ao se apropriarem do rap e do funk para cantar as batalhas que enfrentam na “profissão perigo” e para desmoralizar seus inimigos.

Finalizo esse trabalho com um trecho de Mano Brown em uma entrevista para o *Le Monde Diplomatique*¹³, que resume o sentimento causado pela organização criminosa nos seus membros – excluídos e criminalizados antes mesmo de se tornarem propriamente criminosos. O cantor explica os motivos que levam um jovem a entrar em alguma facção: “Você pega um cara [sic] que foi abandonado por todo mundo e acolhe, dá uma assistência, um nome, uma família...”, o entrevistador pergunta se isso é status, e ele responde: “Status, não. Isso é um slogan. O cara [sic] dá família, proteção, honra e motivo para viver. Isso é status? Status é uma palavra chula perto disso tudo”.

¹³ Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/um-sobrevivente-do-inferno/>>

8 REFERÊNCIAS

BIONDI, Karina. Junto e Misturado: Imanência e Transcendência no PCC. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), São Carlos, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/188/2437.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 set. 2021.

CIDH. Situação dos Direitos Humanos no Brasil. Brasil: Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2021.

CREMONESE, Dejalma; BAQUERO, Marcello (org.). **Capital Social: Teoria e Prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.

CRUZ, Elaine P.. Crimes de Maio causaram 564 mortes em 2006; entenda o caso. **Agência Brasil**. Brasília. 12 maio 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/crimes-de-maio-causaram-564-mortes-em-2006-entenda-o-caso>. Acesso em: 01 ago. 2021.

CRUZ, Eval. Sobre símbolos e rituais: uma revisão conceitual antropológica. **Café Com Sociologia**, São Cristóvão, v. 8, n. 2, pp. 11-20, dez. 2019.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: Uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERREIRA, Ana Vitória S.I. ELEMENTOS DE ARTICULAÇÃO: MISSÃO, VISÃO, VALORES E A IDENTIDADE ORGANIZACIONAL. **Eduicep**, Santa Catarina, v. 1, n. 1, pp. 33-52, 2016. Disponível em: <http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/eduicep/article/view/129/68>. Acesso em: 01 out. 2021.

FIGUEIREDO, Marina H.r de. **Rap e Funk: A busca por voz e visibilidade.** 2017. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9313/TeseMHF.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 out. 2021.

GORTÁZAR, Naiara G.; ALESSI, Gil. PCC, a Irmandade dos Criminosos. **El País**. São Paulo. 12 jun. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/especiais/2020/pcc-a-irmandade-dos-criminosos-no-brasil/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Informativo
PNAD 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:
<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#>

[~:text=Tamb%C3%A9m%20em%202019%2C%2046%2C6,4%25%2C%20o%20superior%20completo](#). Acesso em: 01 set. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Indicadores do Desemprego. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>. Acesso em: 01 set. 2021.

INFOOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Brasil: Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmU4ODAwNTAtY2lyMS00OWJiLWE3ZTgtZGNjY2ZhNTYzZDliliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 01 set. 2021.

Instituto Trata Brasil. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Brasil: Trata Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/explore/ano?SE%5Ba%5D=2019&SE%5Bo%5D=a>. Acesso em: 01 set. 2021.

International Human Rights Clinic (IHRC). SÃO PAULO SOB ACHAQUE: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em Maio de 2006. Cambridge: Human Right Program At Havard Law School, 2011. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/S--o-Paulo-sob-Achaque.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

KUNSCH, Margarida Maria K.. Comunicação Organizacional: linguagem, gestão e perspectivas, v. 2. São Paulo: Saraiva, 2009.

MACHADO, Denise S.. Filosofia Institucional: Missão – Visão – Valores do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009. 119 f. Monografia (Especialização) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18488>. Acesso em: 15 out. 2021.

MADEIRO, Carlos. Negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos. **Uol.** Maceió. 13 nov. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>. Acesso em: 01 set. 2021.

MANSO, Bruno P.; DIAS, Camila N.. A Guerra: A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

MEIRA, Mônica B. V.. Sobre estruturas etárias e ritos de passagem. **Ponto e Vírgula (Pucsp),** São Paulo, v. 1, n. 5, pp. 186-201, 19 mar. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14085/10371>. Acesso em: 15 out. 2021.

MICHAELIS. Definição de Organização. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=EZq3x>. Acesso em: 15 set. 2021.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização.** São Paulo: Atlas S.A, 2006.

NEGRA, Carlos A. S.. **Proposta de uma nova Tipologia das Organizações.** 2010. 17 f. Enanpad, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/53/eor319.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

‘O Comando Vermelho contrariou o interesse econômico do PCC’, diz promotor. **Época Negócios.** Rio de Janeiro. 10 jan. 2017. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/01/o-comando-vermelho-contrario-o-interesse-economico-do-pcc-diz-promotor.html>. Acesso em: 01 ago. 2021.

OLIVEIRA, Áurea F. **Identificação Organizacional.** In: SIQUEIRA, M. M. M. E cols. Medidas do comportamento organizacional. Ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2008, pp. 179-188.

OLIVEIRA, Waldemar. **Valores, Crenças, Missão, Visão e Política de Qualidade.** In: MELLO, J; CAMARGO, M. Qualidade na saúde, São Paulo: Editora Best Seller, 1998, pp. 59-67.

ONDA de ataques a ônibus continua em MG e põe estados em alerta. **Veja.** São Paulo, 5 out. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/onda-de-ataques-a-onibus-continua-em-mg-e-poe-estados-em-alerta/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso.** Campinas: Pontes, 2005.

REBELLO, Aiuri. André do Rap, elo do PCC com a máfia italiana na rota da cocaína, surfa nos embates do Judiciário. **El País.** São Paulo. 13 out. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-14/andre-do-rap-tino-empresarial-e-elo-com-mafia-italiana-na-principal-rota-da-cocaina-rumo-a-europa.html>. Acesso em: 20 out. 2021.

ROSSI, Carlos Alberto V.; LUCE, Fernando. B. **Construção e proposição de um modelo de planejamento estratégico baseado em 10 anos de experiência.** Salvador: ANPAD, 2002.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da Pessoa Humana:** conteúdo, trajetórias e metodologia. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.

SCOTT, Cynthia D.. **Visão, valores e missão organizacional construindo a organização do futuro.** São Paulo: Qualitymark, 1998.

SEMEP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Instituto Semesp, 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Mapa-do-Ensino-Superior-2020-Instituto-Semesp.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

TENORIA, Goretti. Quais são as drogas mais usadas pelos brasileiros?. **Veja.** São Paulo. 01 abr. 2020. Disponível em:

<https://saude.abril.com.br/bem-estar/quais-sao-as-drogas-mais-usadas-pelos-brasileiros/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

VICTORIO, Diorgeres de A.. PCC: Terceira Geração. **Canal Ciências Criminais**. São Paulo. 30 maio 2019. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/pcc-terceira-geracao/>. Acesso em: 01 out. 2021.

VIGISAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede PENSSAN. Brasil. Mar. 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 01 set. 2021.